

**Cristiano Chaves de Farias
Felipe Braga Netto
Nelson Rosenvald**

Manual de
Direito Civil

VOLUME ÚNICO

4ª | revista
edição | atualizada
ampliada

2019

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

F224m Farias, Cristiano Chaves de.
Manual de Direito Civil – Volume Único / Cristiano Chaves de Farias, Felipe Braga Netto, Nelson
Rosenvald. – 4. ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
2.208 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2557-8.

Direito Civil. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Netto, Felipe Braga. III. Rosenvald, Nelson. IV. Título.

123456789

CDD 342.1

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZANDO O NOVO DIREITO CIVIL	87
1. Direito civil: origens e funções contemporâneas	87
2. Para aonde estamos indo? A estrutura teórico-normativa do novo direito civil..	89
2.1. O direito civil em sociedades complexas e plurais.....	92
2.2. Os fins éticos do direito civil contemporâneo	95
3. Um início de século marcado por mudanças.....	99
3.1. Mudanças na parte geral	99
3.2. Mudanças no direito contratual.....	102
3.3. Mudanças no direito de propriedade.....	105
3.4. Mudanças no direito das famílias	107
3.5. Mudanças na responsabilidade civil.....	111
3.6. Mudanças no direito das sucessões	114
4. Características do direito civil no século XXI.....	116
4.1. Constitucionalização, despatrimonialização e repersonalização do direito civil	116
4.2. Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas	119
4.3. Existência não só de códigos civis, mas também de microssistemas legislativos	121
4.4. O sistema jurídico como um sistema aberto de princípios normativos.....	122
4.4.1. Há hierarquia normativa entre princípios e regras?	125
4.5. Funcionalização dos conceitos, categorias e institutos civis	125
4.6. A renovação da interpretação no direito civil: a teoria dos direitos fundamentais.....	127
4.7. O direito civil no Estado dos direitos fundamentais: novas funções.....	130
4.8. Distinção entre interesse estatal e interesse público (e o questionamento da supremacia do interesse público sobre o particular)	132
4.9. Menor relevância da distinção entre direito público e privado	134
4.10. Redução qualitativa da autonomia da vontade.....	135
4.11. Valorização da igualdade substancial e equivalência material entre as prestações.....	137

4.12. Valorização da boa-fé objetiva e de suas múltiplas funções	139
4.13. A função social no direito civil	142
4.14. Maior proteção às vítimas dos danos.....	144
4.14.1. Distinguindo: ilícito civil x responsabilidade civil.....	144
4.14.2. Tutela contra o ilícito no CPC/2015.....	145
4.15. Diálogo das fontes.....	146
4.16. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo	151
4.17. Ampliação dos espaços de liberdade nas situações subjetivas existenciais...	152
4.18. Direito privado coletivo: do sujeito isolado ao sujeito conectado.....	155
2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	157
1. Uma palavra prévia: distinguindo Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Parte Geral do Código Civil	157
1.1. O Código Civil brasileiro e sua parte geral: um breve sumário explicativo ...	159
1.2. O que faz parte do direito civil atualmente?.....	161
1.3. O sistema aberto do direito civil: eticidade, socialidade e operabilidade.....	162
2. Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro	165
2.1. Antiga e atual denominação: fundamentos e razões	166
2.2. O que são normas de sobredireito?.....	167
2.3. Fontes do direito: abordagem tradicional e equívocos recorrentes.....	168
2.4. "Princípios gerais do direito" é uma expressão sinônima de princípios constitucionais?.....	170
2.5. Âmbito de aplicação (e possíveis exceções) da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	171
2.6. A existência de lacunas no ordenamento e os mecanismos de integração ..	172
2.7. Vigência, revogação, <i>vacatio legis</i> e <i>desuetudo</i> no ordenamento brasileiro....	174
2.8. Eficácia das leis no tempo: a questão do direito intertemporal	179
2.8.1. Critérios gerais	180
2.8.2. Irretroatividade e leis de ordem pública	181
2.8.3. Direito adquirido e constituinte originário.....	181
2.8.4. Direito adquirido e constituinte derivado (emendas)	181
2.8.5. A questão da relativização do direito adquirido e da coisa julgada.	182
2.9. Eficácia das leis no espaço: a questão da territorialidade da lei.....	182
2.9.1. Aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada	183
2.9.2. Sentença estrangeira e o exequatur do STJ	184
2.9.2.1. Laudo arbitral estrangeiro exige o exequatur?.....	185
2.9.2.2. Decisões administrativas estrangeiras e de tribunais eclesiásticos	186
2.9.3. Prova de fatos ocorridos no exterior	186
2.9.4. Direito das famílias e a sua aplicação no espaço (direito internacional das famílias).....	186
2.9.5. Cláusula de eleição de foro estrangeiro e o CPC/2015	187
3. As mudanças na LINDB: a <i>publicização</i> do seu conteúdo	188



1. DIREITOS DA PERSONALIDADE	195
1. Dos bens materiais aos bens imateriais	195
2. A construção dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror	196
3. Compreendendo o conceito de pessoa: um passo além do formalismo	198
3.1. As múltiplas dimensões normativas da dignidade	199
4. As democracias constitucionais contemporâneas e as esferas autodeterminativas	199
5. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	200
5.1. Discriminação de fato e discriminação indireta (teoria do impacto desproporcional)	202
6. Qual a terminologia mais adequada? Entendendo as integridades física, moral e intelectual	203
6.1. Direito à integridade física.....	204
6.1.1. A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal.....	204
6.1.2. A questão do consentimento informado.....	205
6.1.3. A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador	206
6.1.4. A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue.....	207
6.1.5. A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos	208
6.1.6. A questão da mudança de sexo e mudança no registro.....	209
6.1.7. A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada.....	210
6.2. Direito à integridade psíquica (moral).....	211
6.2.1. Direito à imagem	212
6.2.1.1. O caráter autônomo do direito à imagem	212
6.2.1.2. O caráter uno do direito à imagem.....	212
6.2.1.3. O caráter in re ipsa do direito à imagem.....	213
6.2.1.4. A análise da função social da imagem.....	213
6.2.1.5. Parâmetros de ponderação.....	214
6.2.1.6. Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades.....	217
6.2.2. Direito ao nome.....	219
6.2.2.1. As funções do nome.....	220
6.2.2.1.1. O nome como direito da personalidade	220
6.2.2.1.2. O nome como sinal designativo.....	221
6.2.2.2. A simplificação operada pelo Código Civil.....	222
6.2.2.3. Registros públicos: o princípio da inalterabilidade relativa do nome	222
6.2.2.3.1. Erro gráfico evidente	223
6.2.2.3.2. Prenomes ridículos	223

6.2.2.3.3.	Adoção.....	224
6.2.2.3.4.	Apelidos públicos notórios.....	224
6.2.2.3.5.	Fundado temor em razão de colaboração com apuração de crimes.....	225
6.2.2.3.6.	Possibilidade de alteração imotivada do nome aos 18 anos.....	225
6.2.2.3.7.	Naturalização do estrangeiro.....	225
6.2.2.3.8.	Cirurgias de redesignação sexual.....	226
6.2.2.4.	O caráter exemplificativo do rol de mudanças: cláusula aberta.....	226
6.2.2.5.	Exceções: hipóteses de alteração do sobrenome.....	227
6.2.2.6.	Questões atuais relativas ao nome.....	228
6.2.2.6.1.	O nome e a multiparentalidade.....	228
6.2.2.6.2.	O nome social.....	228
6.3.	Integridade intelectual.....	229
6.3.1.	Direitos patrimoniais do autor.....	229
6.3.2.	Direitos extrapatrimoniais do autor.....	230
6.3.3.	Questões atuais relativas ao tema.....	231
6.3.3.1.	Biografias não autorizadas.....	231
6.3.3.2.	Hate speech.....	233
7.	A opção prioritária pela tutela preventiva.....	235
7.1.	O bullying e a tutela preventiva.....	236
7.2.	Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta.....	237
7.3.	A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória.....	238
8.	Quais as (reais) características dos direitos da personalidade?.....	238
8.1.	A dupla inerência dos direitos da personalidade.....	240
8.2.	A transmissão dos efeitos patrimoniais das lesões personalíssimas e a questão da prescrição.....	241
9.	Direitos da personalidade e danos morais: refazendo o percurso histórico-jurisprudencial.....	242
10.	Deveres de proteção por parte do Estado.....	243
11.	Outras questões polêmicas.....	245
11.1.	Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar?.....	246
11.2.	Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?.....	247
11.2.1.	Estatuto Jurídico dos Animais: nova qualificação jurídica em Portugal (Lei n. 8/2017).....	248
12.	A liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental.....	249
12.1.	As múltiplas fontes de informação: interações em rede.....	249
12.2.	Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos.....	250
12.2.1.	As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?.....	250
12.2.2.	Os abusos, quando configurados, são atos ilícitos.....	251

12.2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos.....	252
12.2.4. O direito de resposta como tutela específica.....	253
12.2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015).....	253
12.2.5. Quem responde por danos causados através da imprensa?	254
12.2.5.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?	254
12.2.5.2. Lei de imprensa: não recepção pela Constituição de 1988.....	255
13. Contextualizando o uso da imagem alheia.....	255
13.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações.....	255
13.1.1. A questão do false light: o dever de contextualizar as imagens	256
13.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido.....	257
13.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita.....	257
13.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação.....	257
13.4. Fotos de multidões e direito à imagem.....	258
13.5. Imagens de crianças e adolescentes.....	259
13.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	260
2. UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO.....	261
1. Direitos que estão na pauta do século XXI	261
1.1. Direito à identidade sexual	262
1.2. Direito à autodeterminação informativa e <i>paper less society</i> : entre o mundo físico-convencional e o mundo digital	263
1.3. Direito à verdade acerca da própria origem genética.....	266
1.4. Direito de não saber	268
1.5. Direito ao esquecimento	270
1.6. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade.....	271
1.7. Direito à educação domiciliar? A questão do <i>homeschooling</i>	272
1.8. Direito de não nascer? Um tema mal colocado	273
1.9. Direito ao tempo útil (e outras formulações como a <i>teoria do desvio produtivo</i>)	274
2. O extraordinário desenvolvimento da biotecnologia: dilemas éticos e jurídicos.....	276
2.1. Questões relativas aos dados genéticos	276
2.2. Bioética e autonomia do paciente.....	277
2.2.1. A questão das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs).....	278
2.3. Direito à morte digna? Distinguindo ortotanásia, distanásia, suicídio assistido e eutanásia	279
2.4. Os novos modos de “engravidar” no século XXI.....	280
2.5. Um novo olhar para os riscos.....	282
3. O diálogo intergeracional: olhando para o futuro	285
4. Estado de coisas inconstitucional: possíveis repercussões hermenêuticas.....	285
4.1. A normatividade dos direitos fundamentais: levando direitos a sério	287

4.2.	Um passo além da retórica: não é uma proteção “se der”.....	287
4.3.	Quanto mais valioso o direito, mais aceitável é o ativismo judicial.....	287
4.4.	Fazendo conexões teóricas entre direitos sociais e consequências vinculantes	288
4.4.1.	Poderes públicos	289
4.4.2.	Poderes privados.....	290
5.	Aplicação dos tratados e convenções internacionais às relações civis.....	291
5.1.	Constitucionalização e convencionalização do direito civil	292
6.	Os princípios e a ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada ao direito civil.....	293
7.	A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos casos extremos.....	294
8.	Aplicação do direito civil e os desacordos morais razoáveis.....	295
9.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	297
3.	PERSONALIDADE CIVIL	301
1.	Personalidade: um conceito chave para o direito civil.....	301
2.	Quando tem início a personalidade?.....	303
2.1.	A questão do nascituro: três teorias explicativas	304
2.1.1.	Teoria concepcionista.....	305
2.1.1.1.	O nascituro como pessoa em estágio peculiar de desenvolvimento.....	305
2.1.1.2.	Nascituro: direitos existenciais x direitos patrimoniais.....	306
2.1.2.	Teoria natalista.....	307
2.1.3.	Teoria da personalidade condicional.....	307
2.2.	Há relevância pragmática na distinção?.....	308
2.3.	O início da personalidade de acordo com o Código Civil	308
3.	O caráter juridicamente singular do embrião.....	309
3.1.	A situação do embrião antes da implantação no útero.....	309
3.2.	A situação do embrião depois da implantação no útero.....	310
3.3.	A decisão do STF sobre as células-tronco embrionárias	310
4.	O conceito contemporâneo de personalidade: um conceito ético-jurídico.....	311
5.	Um novo olhar para os animais?.....	312
5.1.	Há dignidade para além do ser humano?.....	314
5.1.1.	Duas visões teóricas	314
5.1.2.	Uma visão legislativa recente: seres dotados de sensibilidade	315
5.2.	Farra do boi e vaquejadas: o olhar do STF	316
6.	Fim da personalidade da pessoa humana	317
6.1.	Morte real.....	317
6.2.	Morte civil.....	318
6.3.	Morte presumida	318
6.3.1.	Morte presumida sem decretação de ausência.....	319
6.3.2.	Morte presumida com decretação de ausência.....	319

6.4. Comoriência.....	320
7. Ausência.....	320
7.1. Quem é ausente para o direito civil?.....	321
7.1.1. Legitimação ativa, curador e foro competente.....	322
7.1.2. Fundamento do instituto da ausência.....	322
7.2. As três fases da ausência.....	323
7.2.1. Curadoria dos bens do ausente.....	323
7.2.2. Sucessão provisória.....	323
7.2.3. Sucessão definitiva.....	324
7.3. A ausência no CPC/2015.....	324
4. A NOVA TEORIA DAS CAPACIDADES	327
1. Teoria das capacidades: o amanhecer de um novo tempo.....	327
1.1. Entre a vida e as regras.....	328
1.2. O ser humano como uma fonte de escolhas íntimas que deverão ser respeitadas.....	328
1.3. Um triste passado: vidas confiscadas.....	329
1.4. A capacidade como direito fundamental.....	331
2. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).....	332
3. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).....	332
3.1. Dois modelos jurídicos.....	333
3.1.1. Deficiência sem curatela.....	333
3.1.1.1. Deficientes sem curatela e a Tomada de Decisão Apoiada.....	333
3.1.2. Deficiência com curatela.....	334
3.1.2.1. O perfil funcionalizado da curatela.....	335
3.1.2.2. A curatela no CPC/2015.....	336
4. Um Código Civil de outro tempo?.....	336
4.1. Uma análise crítica das incapacidades do Código Civil.....	337
4.2. Um novo olhar para a teoria das (in)capacidades.....	338
4.3. Valorizando a autodeterminação dos adolescentes e idosos.....	339
4.3.1. Idosos: autonomia existencial e patrimonial progressivamente valorizada.....	339
4.3.2. Adolescentes: não tão incapazes assim (a valorização do discernimento).....	341
5. CAPACIDADE E INCAPACIDADE CIVIL.....	343
1. Personalidade e capacidade: conceitos que não se confundem.....	343
1.1. Existe incapacidade de direito?.....	344
2. Espécies de incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa.....	345
2.1. Suprimento da incapacidade: representantes e assistentes.....	345
2.1.1. Representantes.....	345
2.1.2. Assistentes.....	346

3.	Hipóteses de incapacidade civil que deixaram de existir.....	346
3.1.	Incapacidade absoluta.....	346
3.1.1.	Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática desses atos.....	346
3.1.2.	Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.....	347
3.2.	Incapacidade relativa.....	347
3.2.1.	Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.....	347
3.2.2.	Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.....	347
4.	Hipóteses atuais de incapacidade civil no Brasil.....	347
4.1.	Incapacidade absoluta.....	348
4.1.1.	Menores de 16 anos.....	348
4.1.1.1.	Pequenos atos da vida negocial praticados por crianças.....	348
4.1.1.2.	Restitutio in integrum e outras situações que beneficiam o incapaz.....	349
4.2.	Incapacidade relativa.....	350
4.2.1.	Maiores de 16 e menores de 18.....	350
4.2.1.1.	Os incapazes (absoluta ou relativamente) podem responder civilmente por danos causados?.....	351
4.2.2.	Alcoólatras e viciados em drogas.....	352
4.2.3.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	352
4.2.4.	Os pródigos.....	352
4.2.5.	Hipóteses conexas.....	353
4.2.5.1.	A questão da capacidade dos indígenas.....	353
4.2.5.2.	A questão da capacidade dos surdos-mudos.....	354
4.2.5.3.	Deficiências físicas não mentais: paraplegia, tetraplegia e outras doenças incapacitantes.....	354
4.2.5.4.	O cidadão condenado criminalmente.....	354
4.2.5.5.	O conceito de ilegitimidade no direito material.....	355
5.	A questão da capacidade em diálogo das fontes.....	355
5.1.	Um breve olhar para os incapazes no CPC/2015.....	355
5.2.	Capacidade e negócios jurídicos processuais.....	356
5.3.	Incapacidade no Código Civil e vulnerabilidade no CDC: distinções.....	357
5.3.1.	Vulnerabilidade e hipervulnerabilidade.....	358
5.4.	Hipossuficiência e atualidades sobre a inversão do ônus da prova.....	358
6.	Cessaç�� das incapacidades.....	360
6.1.	Emancipa��.....	362
6.1.1.	Emancipa�� volunt��ria.....	362
6.1.2.	Emancipa�� judicial.....	364
6.1.3.	Emancipa�� legal (autom��tica).....	364
6.1.3.1.	Casamento.....	364

6.1.3.1.1.1. Diferença entre autorização para o casamento e emancipação.....	365
6.1.3.1.2.2. Há retorno à incapacidade em caso de viuvez ou casamento nulo?.....	365
6.1.3.2. Exercício de emprego público efetivo.....	365
6.1.3.3. Colação de grau em curso de ensino superior.....	366
6.1.3.4. Estabelecimento civil ou comercial e relação de emprego.....	366
7. Estado da pessoa (status): da estrutura à função.....	366
7.1. Interdição: uma expressão a ser evitada.....	368
6. PESSOAS JURÍDICAS.....	369
1. As pessoas jurídicas e seus ciclos históricos.....	369
2. Quem pode titularizar relações jurídicas?.....	370
3. Início da personificação das pessoas jurídicas: caráter constitutivo do registro... ..	371
3.1. Onde realizar o registro?.....	372
3.2. Necessidade de autorização especial ou de cadastros posteriores à constituição.....	372
3.3. Ausência e cancelamento do registro.....	373
4. Características: o que define uma pessoa jurídica?.....	373
5. As teorias clássicas que tentam explicar a pessoa jurídica: discussão necessária?.....	375
6. Entes não personalizados: quem são?.....	376
6.1. Sujeitos de direito que não são pessoas.....	376
6.1.1. Condomínio edilício.....	376
6.1.2. Sociedade não personificada e sociedade irregular.....	377
6.1.3. Herança jacente e vacante.....	377
6.1.4. Espólio.....	377
6.1.5. Outras situações possíveis.....	378
7. A teoria do órgão: representação ou apresentação da pessoa jurídica?.....	378
8. A teoria da aparência.....	379
8.1. A teoria da aparência versus a teoria ultra vires.....	380
9. Direitos da personalidade e pessoa jurídica.....	381
9.1. Os chamados danos institucionais.....	381
10. Desconsideração da personalidade jurídica.....	382
10.1. Entendendo a desconsideração: a funcionalização do instituto.....	382
10.2. Distinguindo desconsideração de despersonalização.....	383
10.3. Teorias maior e menor: diferenciações e âmbitos de aplicação.....	384
10.3.1. Código Civil e teoria maior: teorias maior subjetiva e objetiva.....	384
10.3.2. CDC e teoria menor.....	384
10.4. Requisitos para a desconsideração.....	385
10.4.1. Desconsideração e "sociedades em comum" (sociedade irregular ou de fato).....	387

10.5. Aspectos processuais da desconsideração: diálogos entre o CC e o CPC/2015.....	387
10.6. Desconsideração inversa: consagração doutrinária, jurisprudencial e normativa.....	388
10.7. Outros campos temáticos da desconsideração.....	389
10.7.1. A desconsideração e as offshore companies.....	389
10.7.2. A desconsideração expansiva da personalidade jurídica.....	390
10.7.3. A desconsideração no âmbito da administração pública.....	390
10.7.4. A desconsideração e a questão da subcapitalização.....	391
10.7.5. A desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	391
10.7.6. A desconsideração e as pessoas jurídicas sem fins lucrativos.....	392
11. Classificação e espécies de pessoas jurídicas.....	392
11.1. Pessoas jurídicas de direito público: espécies e forma de criação.....	392
11.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	393
11.2.1. Corporações: a prevalência do elemento associativo.....	393
11.2.1.1. Associações.....	393
11.2.1.1.1. A questão da exclusão do associado.....	395
11.2.1.1.2. Organizações religiosas e partidos políticos.....	395
11.2.1.1.3. As taxas de manutenção e os condomínios de lote.....	397
11.2.1.2. Sociedades.....	398
11.2.1.2.1. Função social da empresa x função social da propriedade.....	398
11.2.2. Fundações.....	399
11.2.2.1. As fundações e a atuação do Ministério Público.....	400
11.2.2.2. A questão dos fins das fundações.....	400
11.2.2.3. As fundações podem participar de sociedade?.....	401
11.2.2.4. A polêmica questão das fundações de direito público....	401
11.2.3. Empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELIs).....	402
11.2.4. O chamado Terceiro Setor.....	403
12. O Estado e no século XXI: contextualização.....	404
12.1. Breves precisões conceituais: o que faz surgir o dever de indenizar estatal?.....	405
12.2. A responsabilidade objetiva do Estado: tradição constitucional brasileira.....	406
12.2.1. Uma lenta assimilação cultural das mudanças.....	406
12.3. O caráter interdisciplinar da responsabilidade civil do Estado.....	407
13. As três fases tradicionais da responsabilidade civil do Estado.....	408
13.1. A quarta (e atual) fase: o Estado como garantidor de direitos fundamentais.....	409
13.1.1. A teoria dos deveres de proteção.....	410
13.1.2. O princípio da vedação de medidas insuficientes.....	410
13.2. Agir e deixar de agir: compreendendo a nova rede de conexões conceituais.....	411
13.2.1. O Estado como amigo e inimigo dos direitos fundamentais.....	411

13.2.1.1. O olhar recente do STF sobre as prisões (estado de coisas inconstitucional e dever de indenizar estatal em razão da situação degradante dos presídios).....	412
14. Agentes públicos: compreendendo a expressão	413
14.1. Amplitude conceitual da expressão “agentes públicos”.....	413
14.2. A questão de o dano ter sido causado por agente público “nessa qualidade”.....	414
14.3. É possível propor a ação diretamente contra o agente público?	415
14.3.1. A teoria da dupla garantia.....	415
14.3.2. A teoria da inexistência do benefício de ordem.....	415
14.3.3. Visões distintas: STF e STJ.....	416
14.3.3.1. A questão no STJ	416
14.3.3.2. A questão no STF.....	416
14.4. Casos em que o agente público só responde por dolo ou fraude.....	417
14.4.1. As inovações do CPC/2015.....	418
15. Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	418
15.1. Omissão genérica e omissão específica	419
15.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	419
15.3. A questão das omissões estatais: a culpa é necessária?	420
15.3.1. Visões distintas: STF e STJ.....	420
15.3.2. Questão pacífica? Um problema posto de forma equivocada.....	420
15.3.3. Omissão estatal: há uma dualidade constitucional de regimes?.....	421
15.3.3.1. A questão no STJ	423
15.3.3.2. A questão no STF.....	423
15.3.4. O caráter objetivo da responsabilidade do Estado nas omissões	424
15.3.5. Até os subjetivistas estão objetivando?.....	426
15.4. Responsabilidade civil do Estado e violência urbana: já temos respostas?	428
16. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciais	432
16.1. Responsabilidade civil por atos legislativos.....	432
16.1.1. Imunidade parlamentar e questões conexas.....	433
16.1.2. O dever de indenizar e as leis.....	435
16.1.2.1. Leis inconstitucionais	435
16.1.2.2. Leis constitucionais	436
16.1.3. Omissão no dever de legislar: configuração atual do problema.....	437
16.2. Responsabilidade civil por atos judiciais.....	438
16.2.1. A questão das prisões preventivas e temporárias: há possibilidade de indenização?	438
16.3. Apenas ilícitos geram dever estatal de indenizar?	440
16.3.1. Postura teórica e jurisprudencial: a natureza jurídica da teoria do risco.....	440
17. Outras questões	442
17.1. Cartórios: a responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/2016	442

17.2. Ações de regresso: um caminho pouco trilhado (resquícios de patrimonialismo?)	445
17.2.1. Direito ou dever do Estado?	445
17.2.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?	447
17.2.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso?	447
17.2.3.1. Overruling: a nova compreensão do STF sobre o tema.	448
17.3. Prescrição: polêmicas e definições	449
17.4. A questão da denunciação da lide	451
17.5. Danos multitudinários: visão atual do problema	451
17.6. A lei anticorrupção (Lei n. 12.846/2013): aspectos relevantes	454
7. DOMICÍLIO	457
1. Contextualização e importância	457
2. Conceito de domicílio	459
2.1. Domicílio profissional	459
3. Pluralidade de domicílios	460
3.1. Sistemas francês e alemão	461
3.2. Opção brasileira	461
4. Questionando o “ânimo definitivo”: estamos caminhando para uma objetivação do conceito de domicílio?	461
5. Espécies de domicílio	463
5.1. Em relação à pessoa: física/jurídica (de direito público e privado)	463
5.1.1. Inserindo o CDC no debate	463
5.2. Quanto ao modo de estabelecimento (voluntário/necessário)	464
5.3. Quanto ao âmbito espacial (geral/especial)	465
5.4. A questão do domicílio ocasional	465
5.5. Domicílio da pessoa jurídica	466
5.5.1. Pluralidade de domicílio da pessoa jurídica	466
5.5.2. O domicílio da pessoa jurídica estrangeira e outras situações processuais	466
8. BENS	469
1. Coisas e bens: uma constante confusão conceitual e terminológica	470
2. A necessidade de atualização do conceito de bem no direito civil: “descoisificando” certos bens	471
3. O conceito de patrimônio	472
3.1. O abuso de certas ficções tradicionais: todos têm patrimônio	473
4. Os bens como o objeto das relações jurídicas	474
5. Classificação dos bens: classificamos por quê?	475
5.1. Bem em si mesmos considerados	475
5.1.1. Bens móveis e imóveis: visão clássica e atual (desmaterialização dos bens)	476
5.1.1.1. Bens imóveis	477

5.1.1.1.1.	Imóveis por natureza.....	477
5.1.1.1.2.	Imóveis por acessão natural.....	477
5.1.1.1.3.	Imóveis por acessão artificial ou industrial.....	477
5.1.1.1.4.	Imóveis por determinação legal.....	477
5.1.1.2.	Bens móveis.....	478
5.1.1.2.1.	Bens móveis por natureza.....	478
5.1.1.2.2.	Bens móveis por determinação legal.....	478
5.1.1.2.3.	Bens móveis por antecipação.....	478
5.1.1.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	479
5.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	479
5.1.2.1.	Bens fungíveis.....	480
5.1.2.2.	Bens infungíveis.....	480
5.1.2.2.1.	Infungíveis por natureza.....	480
5.1.2.2.2.	Infungíveis por convenção.....	480
5.1.2.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	481
5.1.3.	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	481
5.1.3.1.	Bens consumíveis.....	481
5.1.3.2.	Bens consumíveis por equiparação.....	482
5.1.3.3.	Bens inconsumíveis.....	482
5.1.3.4.	Existem repercussões pragmáticas relevantes na distinção?.....	482
5.1.4.	Bens divisíveis e indivisíveis.....	483
5.1.4.1.	Bens divisíveis.....	483
5.1.4.2.	Bens indivisíveis.....	483
5.1.4.2.1.	Indivisíveis por natureza.....	483
5.1.4.2.2.	Indivisíveis por convenção.....	483
5.1.4.2.3.	Indivisíveis por determinação legal.....	484
5.1.4.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	484
5.1.5.	Bens singulares e coletivos.....	484
5.1.5.1.	Bens singulares.....	484
5.1.5.2.	Bens coletivos.....	485
5.1.6.	A questão dos bens corpóreos e incorpóreos.....	485
5.2.	Bem reciprocamente considerados: bens principais e acessórios.....	485
5.2.1.	Bens principais.....	486
5.2.2.	Bens acessórios.....	486
5.2.2.1.	Frutos e produtos.....	486
5.2.2.2.	Pertenças.....	486
5.2.2.3.	Benfeitorias: conceito e espécies.....	487
5.2.3.	Repercussões pragmáticas das distinções.....	488
5.3.	Bens quanto à titularidade do domínio.....	488
5.4.	Bens públicos.....	489
5.4.1.	Bens públicos de uso comum.....	489

5.4.2.	Bens públicos de uso especial.....	489
5.4.3.	Bens públicos dominicais.....	489
5.4.3.1.	Afetação e desafetação.....	490
5.4.3.2.	Alienação de bem público.....	490
5.4.3.3.	Usucapião de bem público.....	490
6.	Coisas fora do comércio.....	491
7.	Bem de família.....	491
7.1.	Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo.....	492
7.2.	Bem de família: dois perfis conceituais.....	492
7.2.1.	A proteção do imóvel do devedor sozinho.....	492
7.2.2.	Natureza jurídica do bem de família.....	493
7.3.	O bem de família convencional.....	493
7.3.1.	Extensão da proteção.....	493
7.3.2.	Exceções à regra da impenhorabilidade.....	494
7.3.3.	Legitimação para a instituição.....	494
7.3.4.	Duração.....	494
7.3.5.	A questão da solvência do instituidor.....	494
7.3.6.	A intervenção do Ministério Público.....	495
7.4.	O bem de família legal.....	495
7.4.1.	Noções conceituais e a questão do bem de menor valor.....	495
7.4.2.	Alargamento do objeto.....	496
7.4.3.	Característica do bem de família legal.....	496
7.4.4.	A questão dos bens de valor médio e imóvel único de elevado valor.....	496
7.4.5.	Exceções à regra da impenhorabilidade.....	497
7.4.6.	Compreensão ampla do núcleo familiar e a questão da residência efetiva.....	498
7.4.7.	Questões processuais.....	499
9.	FATOS JURÍDICOS.....	501
1.	Alguns conceitos fundamentais.....	501
1.1.	Fato jurídico.....	501
1.2.	Suporte fático.....	502
1.3.	Incidência.....	502
1.4.	Relação jurídica.....	503
1.5.	Norma jurídica: regras e princípios.....	503
1.5.1.	Estrutura das regras jurídicas.....	504
1.5.1.1.	Regras dispositivas e regras cogentes.....	504
1.5.2.	Estrutura dos princípios.....	505
1.5.2.1.	Os princípios como pontes entre o social e o jurídico.....	506
2.	Planos do mundo jurídico.....	507
2.1.	Compreendendo os três planos.....	507
2.1.1.	Plano da existência.....	507

2.1.2. Plano da validade	508
2.1.3. Plano da eficácia.....	508
2.2. Todos os fatos jurídicos passam pelos três planos do mundo jurídico?	509
2.3. Existência, validade e eficácia: exemplificando os três planos.....	509
3. A eficácia é essencial ao conceito de fato jurídico?	510
4. Distinguindo conceitos: eficácia e efetividade	510
5. O direito só tem uma resposta correta para cada caso? Uma questão fascinante	512
6. A crescente importância da interpretação em nossos dias	513
7. Ainda há espaço, no século XXI, para as teorias gerais?	514
8. Como classificar os fatos jurídicos lícitos? Entendendo cada uma das espécies..	516
8.1. Fatos jurídicos stricto sensu	516
8.2. Ato-fato jurídico.....	516
8.2.1. Teoria do risco: responsabilidade por ato lícito ou ilícito?.....	517
8.3. Ato jurídico	518
8.3.1. Ato jurídico stricto sensu	519
8.3.2. Negócio jurídico.....	520
10. CLASSIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	521
1. Negócio jurídico: um conceito relativamente recente.....	521
1.1. Posição monista e dualista	522
2. Retomando algumas distinções	522
2.1. Teoria da vontade e teoria da declaração: uma velha polêmica e a opção do Código Civil	522
2.2. Distinção civilística entre causa e motivo.....	523
2.2.1. Divergências entre o querido e o declarado: reserva mental e declarações não sérias.....	524
3. Classificação dos negócios jurídicos.....	526
3.1. Unilaterais e plurilaterais.....	526
3.1.1. Diferença entre parte e pessoa	526
3.1.2. Negócios receptícios e não receptícios.....	526
3.2. Solenes e não solenes (de forma livre).....	527
3.3. Principais e acessórios.....	527
3.4. Típicos e atípicos.....	527
3.5. Inter vivos e mortis causa	528
3.6. Intuitu personae e impessoais.....	528
3.7. Gratuitos e onerosos.....	528
3.7.1. Comutativos e aleatórios	528
3.7.1.1. Bifrontes.....	529
3.8. Simples e mistos (ou complexos)	529
3.9. Consensuais e reais.....	529
3.10. A questão da aquisição originária ou derivada.....	530

3.11. A questão dos negócios jurídicos processuais	530
4.. As regras do Código Civil sobre interpretação e um olhar sobre a jurisprudência.....	533
4.1. A questão do silêncio: quem cala consente?	534
4.2. Reserva mental: qual a relevância da vontade interna não manifestada?	534
4.3. Princípio da conservação do negócio jurídico (<i>utile per inutile non vitiatur</i>): é possível aproveitar a parte válida do negócio jurídico? Regra e exceção...	535
5. Elementos dos negócios jurídicos.....	536
5.1. Agente capaz	536
5.1.1. O conceito de ilegitimidade no direito civil	537
5.2. Objeto lícito e possível	538
5.3. Objeto determinado ou determinável	539
5.4. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	539
5.4.1. Escritura pública nos imóveis e possibilidade de tornar o instrumento público substancial em certos atos.....	540
6. Representação.....	540
6.1. Distinguindo: excesso na representação e abuso na representação	542
6.2. A figura do negócio consigo mesmo	542
7. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo.....	544
7.1. Condição	544
7.1.1. Suspensivas e resolutivas.....	545
7.1.1.1. Condição suspensiva.....	545
7.1.1.2. Condição resolutiva.....	545
7.1.1.2.1. Diferença essencial entre as hipóteses	545
7.1.2. Lícitas e ilícitas	545
7.1.3. Possíveis e impossíveis.....	546
7.1.3.1. Impossíveis suspensivas e impossíveis resolutivas.....	546
7.1.4. Abuso de direito no implemento das condições	546
7.1.4.1. Implemento impedido pela parte desfavorecida	546
7.1.4.2. Implemento forçado pela parte favorecida.....	547
7.1.5. Titular de direito eventual	547
7.2. Termo.....	547
7.3. Encargo ou modo	548
11. DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO	549
1. Contextualização e características gerais	549
1.1. A opção do legislador foi a melhor? Hipóteses e sanções	550
1.2. Vícios de consentimento e vícios sociais	551
2. Erro.....	552
2.1. Espécies de erro substancial.....	553
2.1.1. Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>)	553

2.1.2.	Erro sobre o objeto principal da declaração (error in corpore ou error in substantia)	553
2.1.3.	Erro sobre a natureza do negócio (error in negotium)	554
2.1.4.	A questão do erro de direito (error juris).....	554
2.2.	Responsabilidade civil por interesse negativo	554
2.3.	Retomando alguns pontos.....	555
2.3.1.	O que se deve entender por erro substancial ou essencial.....	555
2.3.1.1.	Erro escusável	556
2.3.2.	Erro acidental causa a anulabilidade do negócio jurídico?.....	556
2.3.3.	A questão do erro sobre o motivo.....	556
2.4.	Diferenciando erro de ignorância.....	557
2.5.	Diferenciando erro de vício redibitório.....	558
2.6.	Diferenciando erro do vício do produto no CDC.....	558
2.7.	Erro e conservação do negócio jurídico.....	559
3.	Dolo	559
3.1.	Dolo substancial e acidental, pósito e negativo, bonus e malus.....	560
3.2.	A questão do dolo recíproco: quais os limites da "compensação" entre os dolos?.....	561
3.3.	Classificação do dolo quanto à pessoa que age dolosamente	561
3.3.1.	Dolo praticado por uma das partes.....	561
3.3.2.	Dolo praticado por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	562
3.3.3.	Dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	562
3.4.	Dolo do representante: situações diversas na representação legal e convencional	562
3.5.	O dolo como causa de danos indenizáveis.....	563
3.5.1.	A ausência do dever de informar.....	563
3.6.	Retomando alguns pontos.....	564
4.	Coação	565
4.1.	Classificação da coação quanto a pessoa que a exerce	567
4.1.1.	Quando a coação é exercida por uma das partes.....	567
4.1.2.	Quando a coação é exercida por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	567
4.1.3.	Quando a coação é exercida por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	567
4.2.	Solidariedade na responsabilidade civil: a ação do terceiro no dolo e na coação	568
4.3.	Retomando e sublinhando certos pontos	568
5.	Lesão.....	569
5.1.	O dolo de aproveitamento é exigível na lesão civil?	571
5.2.	Lesão e conservação dos contratos.....	572
6.	Estado de perigo	572
7.	Fraude contra credores.....	573

7.1. Hipóteses legais.....	575
7.1.1. Negócios de transmissão gratuita de bens.....	575
7.1.2. Remissão de dívidas.....	575
7.1.3. Contratos onerosos com presunção de fraude.....	575
7.1.4. Pagamento antecipado de dívidas.....	576
7.1.5. Concessão de garantias preferenciais.....	576
7.1.6. Negócios ordinários necessários à manutenção do estabelecimento.....	576
7.2. A ação pauliana.....	577
7.3. Distinguindo a fraude contra credores da fraude à execução.....	577
7.3.1. A fraude à execução e seus contornos.....	577
7.3.2. Alienação de bem penhorado.....	578
8. Prazos para arguir a anulabilidade.....	579
9. Anulabilidade ou ineficácia? Distintas posições doutrinárias.....	580
12. INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	583
1. Invalidade do negócio jurídico: o ontem e o hoje.....	583
2. Inválido: gênero e espécies.....	584
2.1. Nulo (nulidade).....	585
2.2. Anulável (anulabilidade).....	585
3. O inválido como fato jurídico.....	586
3.1. A invalidade como sanção.....	587
4. Distinções possíveis entre o nulo e o anulável.....	587
4.1. A questão (problemática) da ordem pública versus interesses privados.....	587
4.1.1. Críticas possíveis.....	588
4.1.1.1. É possível traçar uma distinção clara entre público e privado?.....	588
4.1.1.2. Interesse estatal e interesse público: interesses nem sempre iguais.....	589
4.1.1.3. O interesse público deve sempre prevalecer sobre o particular?.....	589
4.2. A possibilidade de conhecimento de ofício pelo juiz.....	590
4.2.1. A possibilidade de conhecimento de ofício nas relações de consumo.....	590
4.3. A possibilidade de confirmação (ratificação).....	590
4.4. A possibilidade de convalescência (sanabilidade do vício).....	590
4.4.1. Prazos para alegar a anulabilidade.....	591
4.5. Eficácia ex tunc ou ex nunc da decisão judicial.....	591
4.6. Quanto às pessoas que podem invocá-las.....	592
4.7. Quanto à produção de efeitos.....	592
4.7.1. A razoabilidade e o negócio jurídico nulo.....	592
4.7.2. Nulo: ordem pública; anulável: ordem privada: será mesmo?.....	593
5. O sistema de nulidades do CDC.....	593

6. Outras classificações possíveis.....	594
6.1. Nulidade total e nulidade parcial.....	594
6.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	594
6.3. Nulidade textual e nulidade virtual	594
7. Conversão do negócio jurídico.....	595
8. Simulação	596
8.1. Simulação absoluta e relativa	597
8.2. Negócio simulado e negócio dissimulado.....	598
8.2.1. Conceito e pressupostos da extravessão.....	598
13. ILÍCITOS CIVIS	601
1. Contextualização inicial e algumas precisões conceituais.....	601
2. Podemos dizer que o ilícito é um fato jurídico?	603
3. Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?.....	605
3.1. Uma categoria com eficácia única?	605
3.2. Críticas à concepção da eficácia única.....	606
3.3. Convivendo com as outras eficácias	607
3.3.1. Ilícito indenizante.....	608
3.3.2. Ilícito caducificante.....	608
3.3.3. Ilícito autorizante.....	610
3.3.4. Ilícito invalidante.....	611
4. Cabe superar a distinção entre ilícitos absolutos e relativos?	612
4.1. Em direção à outra distinção: ilícitos patrimoniais e ilícitos extrapatrimoniais.....	613
5. O abuso de direito ou ilícito funcional	614
5.1. O ilícito funcional como uma cláusula geral	617
14. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	619
1. Contextualizando: o efeito do tempo sobre o direito.....	619
2. Fundamento e natureza jurídica da prescrição e da decadência	620
3. Prescrição e decadência: suportes fáticos parecidos, eficácias diferentes.....	621
4. Entendendo a prescrição	621
4.1. A opção – equivocada – do Código Civil de 1916.....	622
4.2. A opção – correta – do Código Civil de 2002	622
5. Direitos prestacionais e direitos potestativos: uma distinção relevante	623
6. A prescrição extingue a pretensão? A prescrição como exceção	625
7. Outras questões relevantes	626
7.1. A questão das causas suspensivas e impeditivas	626
7.1.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria contra non valentem.....	627
7.2. A questão da natureza jurídica da prescrição: ordem pública ou interesse privado?	628
7.3. A questão da interrupção da prescrição.....	628

7.4.	A questão da alegabilidade da prescrição.....	629
7.5.	A questão da exceção.....	629
7.6.	A questão da prescrição intercorrente.....	630
7.7.	Prescrição da pretensão civil quando houver ação penal em curso.....	630
7.8.	Esclarecendo alguns pontos.....	631
7.8.1.	Quem está sujeito à prescrição?.....	631
7.8.2.	Quais direitos estão sujeitos à prescrição?.....	632
8.	Prazos prescricionais.....	632
8.1.	No Código Civil.....	632
8.1.1.	Conhecendo os prazos legais.....	633
8.2.	No CDC.....	633
8.3.	A teoria da actio nata.....	634
8.3.1.	Os rumos atuais (e jurisprudenciais) da teoria da actio nata.....	634
8.4.	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	635
8.5.	A questão das pretensões imprescritíveis.....	636
9.	Entendendo a decadência.....	637
9.1.	A opção do Código Civil.....	638
9.2.	As espécies de decadência.....	639
9.3.	A questão da alegabilidade da decadência.....	639
9.4.	Compreendendo as distinções entre prescrição e decadência.....	639
9.5.	Quadros comparativos.....	640
10.	Alguns prazos de prescrição e decadência.....	642
15.	PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS.....	643
1.	Prova: matéria referente ao direito material ou processual?.....	643
1.1.	O que são normas heterotópicas? Há relevância pragmática no sistema brasileiro?.....	644
2.	O que pode ser objeto da prova?.....	645
2.1.	O direito à prova no novo processo civil: uma dimensão substancial do contraditório.....	646
3.	A disciplina do Código Civil: trata-se de rol exaustivo?.....	648
3.1.	Confissão.....	649
3.2.	Documento.....	650
3.2.1.	A fuga do papel.....	652
3.2.2.	O documento eletrônico no CPC/2015.....	653
3.3.	Testemunhas.....	654
3.3.1.	A questão da prova "exclusivamente testemunhal".....	655
3.4.	Presunção: o que realmente pode ser entendido como tal?.....	655
3.4.1.	Presunções legais: relativa e absoluta.....	656
3.4.1.1.	As chamadas presunções absolutas (juris et de jure) são presunções?.....	657
3.4.2.	A questão da recusa de se submeter à exame médico.....	657
3.5.	Perícia.....	658

4. Tendências que se fortalecem.....	659
4.1. Inversões do ônus da prova: perfil e momento para inversão.....	659
4.2. A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova	661
4.3. Negócios jurídicos sobre o ônus da prova	662
4.4. Presunções de nexa causal	662

OBRIGAÇÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	667
--	-----

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	669
1. Noções gerais.....	669
1.1. Conceito de obrigações	669
1.2. Características essenciais	670
1.3. Evolução histórica.....	673
1.4. Introdução ao estudo das garantias.....	674
1.5. Posição no direito civil.....	675
1.6. O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor	676
2. Elementos constitutivos das obrigações.....	676
2.1. Generalidades.....	676
2.2. Elemento subjetivo (o credor e o devedor)	677
2.3. Elemento objetivo (a prestação).....	678
2.4. Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	679
2.4.1. O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	679
2.4.2. Consequências do não cumprimento espontâneo	679
2.4.3. A execução da obrigação através do Poder Judiciário	680
2.4.4. O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor	680
3. Principais distinções.....	682
3.1. Direitos reais.....	682
3.1.1. Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais..	684
3.1.2. Situações híbridas.....	685
3.1.3. Obrigações propter rem.....	685
3.2. Direitos da personalidade	686
3.3. Obrigação, dever, sujeição e ônus.....	687
4. Fontes das obrigações	688
4.1. Introdução	688
4.2. Tripartição das obrigações segundo as suas funções.....	689
4.2.1. Negócio jurídico.....	689
4.2.2. Responsabilidade civil.....	690
4.2.3. Enriquecimento sem causa.....	691

4.3. A boa-fé objetiva como fonte das obrigações	692
5. Os paradigmas do código civil no direito das obrigações	692
5.1. As obrigações e o Código Civil de 2002.....	692
5.2. Princípio da socialidade.....	692
5.3. Princípio da eticidade.....	693
5.4. Princípio da operabilidade.....	694
6. A obrigação complexa ("a obrigação como um processo").....	694
6.1. Introdução	694
6.2. Os deveres de conduta	695
6.2.1. Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	695
6.2.2. Funções dos deveres de conduta	697
6.2.3. Os deveres de conduta e a tutela de terceiros.....	698
6.2.4. O terceiro ofendido e a relação obrigacional	698
6.2.5. O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	699
6.3. A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional	699
2. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES I – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO	701
1. Introdução.....	701
2. Classificação quanto ao objeto.....	702
2.1. Obrigação de dar e de restituir.....	702
2.1.1. A obrigação de dar como processo.....	703
2.1.2. Obrigação de dar coisa certa.....	703
2.1.2.1. A teoria dos riscos.....	704
2.1.3. Obrigação de dar coisa incerta	711
2.1.3.1. Generalidades	711
2.1.3.2. O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	712
2.1.4. A desmaterialização das obrigações de dar	713
2.1.5. Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta	714
2.2. Obrigação de fazer	717
2.2.1. Generalidades	717
2.2.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer.....	719
2.3. Obrigação de não fazer.....	720
2.3.1. Generalidades	721
2.3.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer.	722
2.4. Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer	724
2.4.1. O Cumprimento da Sentença	724
2.4.2. A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer	726

3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES II – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS	729
1. Obrigações alternativas	729
1.1. Noções preliminares.....	729
1.2. Concentração	731
1.3. A obrigação alternativa como processo.....	732
1.4. Impossibilidade das prestações	733
2. Obrigações facultativas.....	735
3. Obrigações cumulativas	736
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	737
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	738
5.1. Introdução	738
5.2. Noções gerais sobre a indivisibilidade	739
5.3. A indivisibilidade e as modalidades de obrigações.....	740
5.4. Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	741
6. Obrigações solidárias.....	743
6.1. Noções gerais	743
6.2. Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	746
6.3. Solidariedade ativa.....	747
6.3.1. Noções Gerais	747
6.3.2. A Solidariedade Ativa e a Coisa Julgada	748
6.4. Solidariedade passiva	749
6.4.1. Noções gerais.....	749
6.4.2. Remissão e renúncia à solidariedade	751
4. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES III – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À EXIGIBILIDADE E AO CONTEÚDO	753
1. Classificação quanto à exigibilidade.....	753
1.1. Obrigações civis e obrigações naturais.....	753
1.2. Regime das obrigações naturais.....	754
1.3. Espécies de obrigações naturais.....	755
1.3.1. Obrigações de trato social	755
1.3.2. Obrigações fundadas em imperativos morais.....	755
2. Classificação quanto ao conteúdo.....	756
2.1. Obrigações de meio e de resultado.....	756
2.2. Obrigações de garantia.....	757
5. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	759
1. Introdução.....	759
1.1. Vicissitudes da obrigação.....	759
1.2. O crédito como objeto do tráfego jurídico	760
2. Cessão de crédito.....	760
2.1. Noções gerais	760

2.2.	Regime jurídico.....	761
2.3.	Efeitos da cessão de crédito.....	766
2.4.	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos.....	768
3.	Assunção de dívida.....	768
3.1.	Conceito e noções gerais.....	768
3.2.	Modalidades de assunção de dívida.....	769
3.3.	Requisitos da assunção de dívida.....	771
3.4.	Efeitos da assunção de dívida.....	772
3.5.	Distinções com modelos jurídicos afins.....	773
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	775
4.1.	Noções gerais.....	775
4.2.	Requisitos.....	777
4.3.	Efeitos.....	778
4.4.	Distinções com outros modelos jurídicos.....	779
5.	Outras formas de transmissão das obrigações.....	780
5.1.	Linhas gerais.....	780
5.2.	Usufruto de créditos.....	780
5.3.	Penhor de créditos.....	781
5.4.	Cessão da garantia sobre o crédito.....	782
5.5.	Endosso.....	783
6.	DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES I.....	785
1.	Introdução.....	785
1.1.	Premissas metodológicas.....	785
1.2.	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor.....	786
1.3.	Natureza jurídica do adimplemento.....	787
1.4.	O pagamento é somente um dever, ou também é um direito do credor? ...	788
1.5.	Princípios norteadores do adimplemento.....	788
1.5.1.	Princípio da pontualidade.....	788
1.5.2.	Princípio da boa-fé objetiva.....	789
2.	Requisitos subjetivos do pagamento.....	790
2.1.	Quem paga – o solvens.....	790
2.1.1.	Noções gerais.....	790
2.1.2.	O terceiro interessado.....	791
2.1.3.	O terceiro não interessado.....	792
2.2.	Quem recebe – o accipiens.....	794
3.	Requisitos objetivos do pagamento.....	797
3.1.	Do objeto do pagamento.....	797
3.2.	Da prova do pagamento.....	800
3.3.	Local do pagamento.....	802
3.4.	Tempo do pagamento.....	803

7. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES II – MODALIDADES ESPECIAIS DE PAGAMENTO	809
1. Introdução.....	809
2. Pagamento em consignação.....	810
2.1. Fundamentos da consignação.....	810
2.2. Modalidades de depósito.....	811
2.3. Hipóteses de admissão da consignação	811
2.4. Pressupostos da consignação	813
2.5. Questões polêmicas do depósito	815
3. Pagamento com sub-rogação	816
3.1. Noções introdutórias.....	817
3.2. Espécies de sub-rogação.....	817
3.3. Eficácia da sub-rogação.....	820
4. Imputação do pagamento	821
4.1. Considerações introdutórias	821
4.2. Elementos da imputação do pagamento.....	821
5. Dação em pagamento	823
5.1. Noções gerais	823
5.2. Requisitos.....	823
5.3. Aspectos relevantes.....	824
6. Novação	825
6.1. Noções gerais	825
6.2. Pressupostos da novação	826
6.3. Modalidades.....	827
6.4. Efeitos.....	830
7. Compensação.....	831
7.1. Noções gerais	832
7.2. Espécies.....	832
7.3. Limites à compensação.....	834
8. Confusão.....	836
8.1. Noções gerais	836
8.2. Requisitos.....	837
8.3. Efeitos.....	837
9. Remissão.....	838
9.1. Linhas gerais.....	838
9.2. Características.....	839
9.3. Efeitos.....	839
8. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES I	841
1. O inadimplemento como gênero e as obrigações complexas.....	841
2. Espécies de inadimplemento.....	842
2.1. Inadimplemento absoluto	842

2.1.1.	Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação	843
2.1.2.	Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor	844
2.1.3.	O caso fortuito e a força maior	845
2.1.4.	A resolução da obrigação pelo inadimplemento	846
2.1.5.	Inadimplemento mínimo	847
2.2.	Mora	849
2.2.1.	Mora do devedor	850
2.2.2.	Mora do credor	852
2.2.3.	Constituição em mora	853
2.2.4.	Purgação da mora	856
2.3.	Violação positiva do contrato	858

9. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES II – CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	861
1. Perdas e danos	861
1.1. Noções gerais	861
2. Dano patrimonial.....	863
2.1. O dano emergente e o lucro cessante	863
2.2. Dano moral negocial	865
3. Juros.....	866
3.1. Noções introdutórias.....	866
3.2. Os juros moratórios no Código Civil	867
3.3. Os juros compensatórios no Código Civil	870
3.4. Os juros e as instituições financeiras.....	870
3.5. A capitalização dos juros.....	872
4. Cláusula penal.....	874
4.1. Noções introdutórias.....	874
4.2. Natureza jurídica da cláusula penal.....	874
4.3. Modalidades de cláusula penal.....	875
4.4. O balanceamento da cláusula penal.....	876
5. Arras.....	879
5.1. Noções introdutórias.....	879
5.2. Arras confirmatórias	879
5.3. Arras penitenciais	880

RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	885
1.1. A responsabilidade civil de nossos dias: um edifício em construção.....	886
1.2. Responsabilidade civil: fundamento e crescente objetivação	886
1.3. Dano: um conceito geográfica e temporalmente variável.....	888

2.	Princípios da responsabilidade civil.....	889
2.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	889
2.2.	Princípio da solidariedade social.....	890
2.3.	Princípio da prevenção.....	890
2.4.	Princípio da reparação integral.....	892
3.	As funções da responsabilidade civil.....	894
3.1.	A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	894
3.1.1.	Função reparatória.....	894
3.1.2.	Função punitiva.....	896
3.1.3.	Função precaucional.....	897
3.2.	A prevenção como cerne da responsabilidade civil atual.....	898
4.	Modalidades de responsabilidade civil.....	899
4.1.	A responsabilidade pela confiança: superação da clássica dicotomia.....	900
4.2.	Responsabilidade pela violação positiva do contrato.....	901
4.3.	Violação de deveres anexos.....	902
4.4.	Responsabilidade pré-negocial: deveres anexos desvinculados da obrigação.....	902
4.5.	Responsabilidade pós-negocial: deveres nexos transcendem a obrigação.....	903
4.6.	Responsabilidade transsubjética e os deveres anexos.....	903
4.7.	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	904
4.8.	O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	905
5.	Teoria subjética: pressupostos.....	906
5.1.	Ilícito civil.....	906
5.1.1.	A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	906
5.1.2.	Apenas do ilícito advém a responsabilidade civil?.....	907
5.1.3.	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	907
5.1.4.	Excludentes de ilicitude civil.....	909
5.1.4.1.	Estado de necessidade (art. 188, II; art. 929 e 930).....	910
5.1.4.1.1.	Estado de necessidade sem culpa pelo perigo.....	911
5.1.4.1.2.	Estado de necessidade com culpa pelo perigo.....	911
5.1.4.2.	Legítima defesa (art. 188, I; art. 930, parágrafo único).....	911
5.1.4.2.1.	A questão da proporcionalidade na reação.....	912
5.1.4.2.2.	Legítima defesa que causa danos em terceiros.....	913
5.1.4.2.3.	Legítima defesa putativa.....	914
5.1.4.3.	Exercício regular de direito (art. 188, I).....	915
5.1.4.4.	Estrito cumprimento de dever legal.....	916
5.1.4.5.	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	916
5.1.5.	O abuso de direito como ato ilícito.....	917
5.1.5.1.	Exige-se dano ou culpa para a aferição do abuso de direito?.....	918
5.1.5.2.	O abuso de direito como cláusula geral.....	919
5.2.	A culpa.....	920

5.2.1.	A culpa e a responsabilidade civil.....	920
5.2.2.	A evolução do significado de culpa civil.....	920
5.2.3.	A culpa presumida.....	921
5.2.4.	A gradação da culpa.....	922
5.2.5.	O ilícito e a culpa.....	923
5.2.6.	A mitigação da reparação por equidade.....	923
5.2.7.	O renascimento da culpa.....	926
5.3.	O dano.....	927
5.3.1.	O dano como elemento essencial da responsabilidade civil.....	927
5.3.2.	O conceito de dano.....	927
5.3.3.	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	928
5.3.4.	A medida dos danos.....	928
5.3.5.	O dano patrimonial.....	929
5.3.5.1.	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance...	929
5.3.5.1.1.	Os danos emergentes (dano positivo).....	929
5.3.5.1.2.	Os lucros cessantes (dano negativo).....	930
5.3.5.1.3.	A perda da chance.....	930
5.3.5.2.	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	932
5.3.5.2.1.	Dano reflexo ou em ricochete.....	932
5.3.5.2.2.	Danos certos ou incertos.....	933
5.3.5.2.3.	Danos presentes e futuros.....	933
5.3.6.	O dano moral (extrapatrimonial).....	934
5.3.6.1.	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação.....	934
5.3.6.2.	Em busca de um conceito: o que é dano moral?.....	937
5.3.6.3.	Dano moral ou dano extrapatrimonial?.....	938
5.3.6.4.	Dano moral – compensação ou indenização?.....	939
5.3.6.5.	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória...	939
5.3.6.6.	A desmonetização da reparação pelo dano moral.....	940
5.3.6.7.	O dano moral por inadimplemento obrigacional.....	940
5.3.6.8.	A titularidade do direito à reparação.....	941
5.3.6.8.1.	Os lesados diretos.....	941
5.3.6.8.2.	Os lesados indiretos.....	942
5.3.6.9.	A pessoa jurídica como legitimada ativa.....	942
5.3.6.9.1.	A empresa e o dano moral.....	943
5.3.6.9.2.	O dano institucional como terceira via.....	943
5.3.6.10.	O dano moral coletivo.....	944
5.3.6.10.1.	O dano moral coletivo como uma pena civil...	946
5.3.6.11.	Valorizando e quantificando o dano moral: terreno de armadilhas e perplexidades.....	947
5.3.6.11.1.	Buscando alguma objetivação de sentido: o critério bifásico.....	948
5.3.6.11.2.	Outras questões relativas à quantificação.....	949

5.3.6.12. A pena civil: um brevíssimo contexto.....	950
5.3.7. O dano estético.....	952
5.4. O nexo causal.....	954
5.4.1. O nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil.....	954
5.4.1.1. A concausalidade.....	955
5.4.2. Teorias do nexo causal.....	955
5.4.2.1. Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	956
5.4.2.2. Teoria da causalidade adequada.....	956
5.4.2.3. Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade.....	957
5.4.2.4. Reconhecendo uma realidade: impera na prática uma imensa confusão conceitual.....	958
5.4.3. As excludentes da responsabilidade civil.....	959
5.4.3.1. Força maior – o fortuito, interno e externo.....	959
5.4.3.2. O fato exclusivo da vítima.....	962
5.4.3.3. O fato concorrente e a redução de danos.....	963
5.4.3.4. O fato de terceiro.....	964
5.4.3.5. Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva).....	965
5.4.3.6. Causalidade virtual.....	967
5.4.3.7. A questão atual dos múltiplos nexos de imputação.....	968
6. Teoria objetiva.....	969
6.1. Teoria objetiva: contexto, bases conceituais e surgimento.....	969
6.2. Teoria do risco criado: opção brasileira?.....	971
6.3. O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar.....	973
6.4. A repartição de riscos: o risco concorrente.....	973
6.5. Distinção importante: risco integral e risco agravado.....	974
6.6. O risco de empresa ou do empreendimento.....	978
6.7. A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	979
6.8. As chamadas responsabilidades objetivas pura e a impura.....	979
6.9. A securitização da responsabilidade civil: do individual ao social.....	980
7. Responsabilidade civil pelo fato de outrem.....	981
7.1. Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	981
7.2. Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	983
7.2.1. Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?.....	984
7.3. Danos causados por filhos maiores.....	986
7.4. A responsabilidade civil dos incapazes.....	988
7.5. Responsabilidade dos tutores e curadores.....	990
7.6. Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados.....	993
7.6.1. O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	994
7.6.2. Outras questões relevantes.....	995
7.6.3. A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?..	996
7.7. Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.....	997

7.7.1.	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviços.....	997
7.7.2.	Responsabilidade civil pelo bullying.....	998
7.7.3.	A polêmica questão do direito de regresso.....	999
7.8.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	1001
7.8.1.	Contextualização normativa e situações possíveis.....	1001
7.8.1.1.	Danos causados a hóspedes.....	1002
7.8.1.2.	Danos causados a empregados do hotel.....	1003
7.8.1.3.	Danos causados a terceiros.....	1003
7.9.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	1004
8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	1004
8.1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	1005
8.2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	1007
8.2.1.	Danos causados por animais nas rodovias.....	1009
8.3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	1009
8.4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	1011
8.4.1.	A queda anônima.....	1011
8.4.2.	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	1012
8.5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	1013
8.5.1.	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos.....	1014
8.5.2.	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	1015
8.5.3.	Outras situações possíveis.....	1017
8.5.3.1.	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	1017
8.5.3.2.	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	1018
8.5.3.3.	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	1019



Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	1023
--	------

PARTE I

DOS CONTRATOS EM GERAL

1. INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	1029
1. O contrato e a Constituição Federal.....	1029
1.1. A materialização dos contratos.....	1029

1.2. A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	1030
1.2.1. A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual.....	1030
1.2.2. A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência.....	1031
1.2.3. A pluralidade de dimensões funcionais do contrato.....	1031
2. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	1032
2.1. A evolução e o conceito do contrato.....	1032
2.2. Localização do contrato no direito civil.....	1034
2.3. O tempo do contrato – direito intertemporal.....	1035
2. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	1037
1. A formação dos contratos paritários.....	1037
1.1. Noções iniciais.....	1037
1.2. Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	1038
1.2.1. Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual.....	1039
1.2.2. Proposta e aceitação.....	1041
1.2.2.1. Força vinculante da proposta.....	1042
1.2.2.2. Circunstâncias do caso.....	1042
1.2.3. Aceitação.....	1044
1.2.3.1. A aceitação pelo silêncio.....	1045
1.3. Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	1045
2. A formação dos contratos massificados.....	1046
2.1. Oferta nos contratos civis de adesão.....	1046
2.2. Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	1047
2.3. Formação do contrato eletrônico.....	1048
3. Contrato preliminar.....	1050
3.1. Noções gerais.....	1050
3.2. Regime jurídico.....	1050
3.2.1. Execução e cláusula de arrependimento.....	1051
3.2.2. Contrato preliminar unilateral.....	1052
3.3. A promessa de doação.....	1053
3.4. A eficácia real do contrato preliminar.....	1054
3.5. O contrato preliminar impróprio.....	1054
3. A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL.....	1057
1. Noções iniciais.....	1057
2. O princípio da autonomia privada.....	1058
2.1. Da autonomia da vontade à autonomia privada.....	1058
2.2. A autonomia contratual e a autonomia existencial.....	1059
2.3. A nova força obrigatória dos contratos.....	1060
2.3.1. O papel da lei.....	1060
2.3.2. O papel do juiz.....	1061
3. O princípio da boa-fé objetiva.....	1061

3.1.	A boa-fé – histórico.....	1062
3.2.	Noções preliminares.....	1062
3.4.	Os deveres de conduta.....	1064
3.4.1.	A função integrativa da boa-fé.....	1064
3.4.2.	A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	1065
3.4.3.	As funções dos deveres de conduta.....	1066
3.4.4.	Violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	1068
3.5.	A boa-fé e o abuso do direito.....	1069
3.5.1.	Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	1069
3.5.2.	Categorias de exercícios abusivos do direito.....	1070
3.5.2.1.	Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial.....	1070
3.5.2.2.	Desleal não exercício de direitos: venire contra factum proprium; supressio e surrectio.....	1070
3.5.2.3.	Desleal constituição de direitos – tu quoque.....	1073
3.5.2.4.	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – Duty to mitigate the own loss.....	1074
3.6.	A boa-fé objetiva no CPC/15.....	1074
4.	A função social do contrato.....	1075
4.1.	A funcionalização do negócio jurídico.....	1075
4.2.	A função social do contrato como causa do negócio jurídico.....	1076
4.3.	A função social interna do contrato.....	1076
4.4.	A função social externa do contrato.....	1077
4.4.1.	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais.....	1078
4.4.2.	O terceiro ofendido.....	1079
4.4.3.	O terceiro ofensor.....	1081
5.	Justiça contratual.....	1082
5.1.	Noções gerais.....	1082
5.2.	O equilíbrio contratual.....	1083
5.2.1.	A lesão.....	1084
5.2.2.	Da alteração das circunstâncias.....	1085
5.2.3.	A cláusula de hardship.....	1088
4.	CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	1089
1.	Classificação estrutural dos contratos.....	1089
1.1.	Categorias contratuais.....	1089
1.2.	Classificações tradicionais.....	1090
1.2.1.	Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais.....	1090
1.2.2.	Contratos onerosos e gratuitos.....	1091
1.2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	1092
1.2.3.1.	Noções gerais.....	1092
1.2.3.2.	A alienação aleatória.....	1093

1.2.4.	Contratos consensuais e reais	1094
1.2.5.	Contratos solenes e não solenes	1095
1.2.6.	Contratos instantâneos e contratos de duração	1095
1.2.7.	Contratos principais e acessórios.....	1096
1.2.8.	Contratos intuitu personae e im pessoais.....	1097
2.	Classificação funcional dos contratos	1097
2.1.	Classificações do contrato contemporâneo.....	1097
2.2.	O contrato de consumo.....	1098
2.2.1.	Os três sujeitos contratuais.....	1098
2.2.2.	Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes	1098
2.2.3.	Contratos empresariais.....	1099
2.3.	O contrato de adesão	1100
2.4.	As cláusulas contratuais gerais.....	1102
2.4.1.	Noções gerais.....	1102
2.4.2.	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	1103
2.5.	O contrato-tipo	1104
2.6.	Contratos coletivos e acordos normativos.....	1104
2.7.	Contratos coativos e necessários	1105
2.8.	O contrato relacional	1106
2.9.	O contrato eletrônico	1108
2.10.	Contratos cativos de longa duração.....	1108
2.11.	Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	1110
2.11.1.	A Lei nº 11.382/06 – do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	1111
3.	Qualificação dos contratos.....	1112
3.1.	Qualificação e classificação dos contratos.....	1112
3.2.	Contratos típicos e atípicos.....	1112
3.3.	Contratos mistos e coligados	1114
3.4.	As redes contratuais	1115
5.	DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO.....	1119
1.	Introdução.....	1119
2.	Os elementos estruturais do negócio jurídico	1120
3.	A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	1120
3.1.	A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	1121
3.2.	O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos	1122
3.3.	Interpretação dos negócios gratuitos.....	1123
3.4.	Interpretação da declaração tácita de vontade.....	1123
6.	RELATIVIDADE DOS CONTRATOS	1125
1.	Estipulação em favor de terceiro	1125
1.1.	Noções gerais	1125
1.2.	Regime jurídico.....	1126

1.3. O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	1127
2. Promessa de fato de terceiro.....	1128
3. Contrato com pessoa a declarar	1129
3.1. Noções gerais	1129
3.2. Regime jurídico.....	1130
7. EFEITOS DOS CONTRATOS.....	1133
1. Vícios redibitórios.....	1133
1.1. Noções conceituais.....	1133
1.2. Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	1134
1.3. Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	1135
1.4. As ações edilícias	1136
1.4.1. Prazos decadenciais.....	1138
1.5. Os vícios redibitórios no CDC	1139
2. Evicção.....	1141
2.1. Noções conceituais.....	1141
2.2. Fundamentação jurídica da garantia	1142
2.3. Elementos da evicção.....	1143
2.3.1. Privação do direito do adquirente.....	1143
2.3.2. Preexistência do direito do terceiro	1144
2.3.3. Privação judicial ou extrajudicial.....	1145
2.4. Extensão da garantia	1146
2.5. A denúncia da lide	1148
8. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	1151
1. Noções gerais.....	1151
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	1152
2.1. Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	1152
2.2. Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa.....	1153
3. Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	1153
4. Extinção pela ineficácia	1154
4.1. A cláusula resolutiva expressa	1155
4.2. A cláusula de arrependimento.....	1157
4.3. Resilição	1158
4.3.1. Distrato ou resilição bilateral.....	1158
4.3.2. Resilição unilateral	1158
4.4. Rescisão.....	1161
4.5. Resolução.....	1162
4.5.1. Natureza da resolução.....	1163
4.5.2. A impossibilidade superveniente da prestação.....	1163
4.5.3. A extinção dos interesses objetivos do credor	1165
4.5.3.1. Inexecução voluntária.....	1166

4.5.3.2.	Inexecução involuntária	1166
4.5.4.	A violação positiva do contrato	1166
4.5.5.	O adimplemento substancial	1167
4.5.6.	O inadimplemento antecipado	1168
4.5.7.	O cumprimento dos deveres anexos pelo credor	1169
4.6.	A resolução por alteração superveniente das circunstâncias	1169
4.7.	A resolução pela frustração do fim do contrato	1173
4.8.	Extinção por morte de um dos contratantes	1174
5.	A exceção de contrato não cumprido	1174
5.1.	Noções gerais	1174
5.2.	O risco de descumprimento	1177

PARTE II

DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

1.	CONTRATO DE COMPRA E VENDA	1181
1.	Noções conceituais e natureza obrigacional	1181
2.	Classificação do contrato de compra e venda	1182
3.	Elementos essenciais da compra e venda	1183
3.1.	Generalidades	1183
3.2.	Consentimento	1183
3.3.	Preço	1189
3.4.	Coisa (objeto da compra e venda)	1191
4.	Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda	1192
4.1.	Contextualização	1192
4.2.	Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção	1193
4.3.	Responsabilidade pela perda ou deterioração (perecimento) da coisa adquirida	1193
4.4.	Responsabilidade pelas despesas	1195
5.	Situações especiais de compra e venda	1195
5.1.	Noções gerais	1195
5.2.	Venda por amostras	1195
5.3.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	1196
6.	Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda	1199
6.1.	Generalidades	1199
6.2.	Retrovenda	1199
6.3.	Venda a contento e venda sujeita à prova	1201
6.4.	Preempção ou preferência convencional	1203
6.5.	Reserva de domínio	1205
6.6.	Venda sobre documentos	1207
7.	Venda de bens públicos	1208

2. CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA.....	1211
1. Noções conceituais e elementos caracterizadores.....	1211
2. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	1212
3. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo).....	1213
4. Aplicação das regras da compra e venda.....	1213
5. Permuta de bens públicos.....	1214
3. CONTRATO ESTIMATÓRIO OU CONSIGNATÓRIO.....	1215
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação.....	1215
2. Elementos caracterizadores.....	1216
3. Classificação.....	1217
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa?.....	1217
5. Inversão da teoria dos riscos.....	1218
6. O desfazimento do contrato estimatório e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé.....	1218
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	1219
4. CONTRATO DE DOAÇÃO.....	1221
1. Generalidades sobre a doação.....	1221
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	1221
3. Classificação do contrato de doação.....	1222
4. A promessa de doação.....	1223
5. Elementos componentes do contrato de doação.....	1224
5.1. O sujeito.....	1224
5.2. O objeto.....	1225
5.3. Mútuo consentimento.....	1226
5.4. Forma.....	1227
6. Vedações legais à doação.....	1227
6.1. Noções gerais.....	1227
6.2. Proibição de doação universal.....	1227
6.3. Proibição de doação inoficiosa.....	1228
6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	1228
6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente.....	1229
7. Situações especiais de doação.....	1229
7.1. Generalidades.....	1229
7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	1230
7.3. Doação remuneratória.....	1231
7.4. Doação mista.....	1232
7.5. Doação contemplativa ou meritória.....	1232

7.6.	Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	1232
7.7.	Doação de ascendente para descendente.....	1233
7.8.	Doação para entidade futura.....	1234
7.9.	Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i>).....	1234
8.	Doação de bens públicos.....	1234
9.	Revogação da doação.....	1235
9.1.	A extinção da doação.....	1235
9.2.	A revogação da doação.....	1235
9.3.	Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	1236
9.4.	Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	1237
9.5.	Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	1238
5.	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO.....	1241
1.	Noções conceituais sobre empréstimo como uma figura contratual.....	1241
2.	O comodato.....	1242
2.1.	Noções conceituais.....	1242
2.2.	Elementos caracterizadores do comodato.....	1242
2.3.	Prazo do empréstimo.....	1244
2.4.	Classificação do comodato.....	1245
2.5.	Promessa de comodato (<i>pactum de commodando</i>).....	1246
2.6.	Obrigações do comodatário.....	1246
2.7.	Obrigações do comodante.....	1247
2.8.	Comodato de bem público.....	1247
2.9.	Teoria dos riscos no contrato de comodato.....	1248
2.10.	Extinção do comodato.....	1248
3.	O mútuo.....	1249
3.1.	Noções conceituais.....	1249
3.2.	Elementos caracterizadores do mútuo.....	1249
3.3.	Capacidade das partes envolvidas.....	1250
3.4.	Classificação do mútuo.....	1250
3.5.	Prazo do contrato de mútuo.....	1251
3.6.	Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício).....	1251
3.7.	Extinção.....	1253
6.	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	1255
1.	Noções conceituais da prestação de serviços e suas características.....	1255
2.	Classificação do contrato de prestação de serviços.....	1256
3.	Objeto da prestação de serviços.....	1257
4.	Remuneração do prestador de serviços.....	1258
4.1.	Generalidades.....	1258
4.2.	Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	1259
4.3.	Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	1259

5. Prazo de duração da prestação de serviços	1260
6. Aliciamento do prestador de serviços.....	1262
7. Obrigações recíprocas na prestação de serviços.....	1262
8. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação	1263
7. CONTRATO DE EMPREITADA	1267
1. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes	1267
1.1. Conceito.....	1267
1.2. O objeto da empreitada	1268
1.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista	1268
2. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro	1269
3. Espécies de empreitada	1270
3.1. Generalidades.....	1270
3.2. Empreitada de labor ou de mão de obra.....	1271
3.3. Empreitada de materiais ou mista	1272
3.4. Empreitada por administração	1272
3.5. <i>Engineering</i>	1272
4. O preço da empreitada	1273
4.1. Noções gerais sobre o preço.....	1273
4.2. Espécies de empreitada em relação ao preço	1273
5. O recebimento da obra	1275
6. Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro.....	1275
6.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário	1275
6.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista	1277
6.3. Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído).....	1277
7. Proteção do direito autoral ao projeto de construção	1278
8. Suspensão do contrato de empreitada	1278
9. Extinção do contrato de empreitada	1280
8. CONTRATO DE DEPÓSITO	1283
1. Noções conceituais e características fundamentais	1283
2. Classificação do contrato de depósito	1285
3. Objeto do depósito	1286
4. Espécies de depósito	1287
5. Aplicação da teoria dos riscos.....	1289
6. Obrigações das partes	1289
6.1. Obrigações do depositante.....	1289
6.2. Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	1290
7. A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil)	1291

9. CONTRATO DE MANDATO.....	1293
1. Noções conceituais e características fundamentais.....	1293
2. Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração.....	1294
3. Classificação do contrato de mandato.....	1295
4. Objeto do contrato de mandato.....	1297
5. Sujeitos do contrato de mandato	1298
5.1. Generalidades.....	1298
5.2. Mandato conjunto ou simultâneo.....	1298
5.3. Responsabilidade solidária no mandato	1299
6. O substabelecimento.....	1299
7. Atuação das partes (mandante e mandatário).....	1301
7.1. Obrigações do mandante	1301
7.2. Obrigações do mandatário.....	1301
7.3. O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário.....	1302
8. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente).....	1303
9. Espécies de mandato.....	1304
10. Irrevogabilidade do mandato	1304
11. Mandato em causa própria	1305
12. Extinção do contrato de mandato	1306
10. CONTRATO DE CORRETAGEM.....	1309
1. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas.....	1309
2. Classificação	1310
3. Espécies de corretagem	1312
4. A remuneração do corretor	1313
5. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?	1316
6. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem	1317
11. CONTRATO DE LOCAÇÃO	1319
1. Campo de incidência do Código Civil.....	1319
2. Elementos contratuais.....	1321
2.1. Cessão do uso e gozo.....	1321
2.2. Coisa infungível	1322
2.3. Retribuição (aluguel).....	1322
2.4. Temporariedade (prazo).....	1324
3. Natureza jurídica	1325
4. Obrigações dos contratantes.....	1326
4.1. Obrigações do locador	1326
4.2. Obrigações do locatário.....	1329
5. Extinção da locação	1330
5.1. Extinção da locação com prazo.....	1330
5.2. Extinção da locação sem prazo	1331

5.3. Extinção pela venda do bem locado.....	1333
5.4. Extinção pelo inadimplemento.....	1334
5.5. Extinção pela morte de uma das partes.....	1335
12. CONTRATO DE FIANÇA.....	1337
1. Noções gerais do contrato de fiança.....	1337
2. Características primordiais.....	1339
3. Regramento da fiança.....	1342
4. Eficácia da fiança.....	1344
5. Extinção da fiança.....	1347
5.1. Decurso do prazo e exoneração do fiador.....	1347
5.2. Morte do fiador.....	1348
5.3. Causas imputáveis ao credor.....	1349
5.4. Causas extintivas diretas genéricas.....	1351
5.5. Causas extintivas indiretas.....	1351



Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	1355
1. DIREITOS REAIS.....	1357
1. Conceito.....	1357
2. Características fundamentais dos direitos reais.....	1358
2.1. Absolutismo.....	1358
2.2. Sequela.....	1359
2.3. Preferência.....	1359
2.4. Taxatividade.....	1359
3. A relação jurídica de direito real.....	1361
4. Classificação.....	1361
5. Obrigações <i>propter rem</i>	1362
2. POSSE.....	1365
1. Breve histórico da posse.....	1365
2. Teorias e definição da posse.....	1366
2.1. Teoria subjetiva (clássica) de Savigny.....	1366
2.2. Teoria objetiva de Ihering.....	1366
2.3. Definição da posse.....	1367
3. Natureza da posse.....	1367
4. A função social da posse e o direito de moradia.....	1370
4.1. Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana.....	1370
4.2. A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada).....	1371

4.3.	A legitimação da posse.....	1376
4.4.	A posse e os conflitos multitudinários.....	1379
4.4.1.	A tensão entre posse e propriedade.....	1379
4.4.2.	Intervenção do Ministério Público.....	1379
4.4.3.	As invasões coletivas.....	1380
4.4.4.	As ocupações coletivas.....	1381
5.	Objeto da posse.....	1383
6.	Desdobramento da posse.....	1384
7.	Composse.....	1386
8.	Detenção.....	1387
9.	Classificação da posse.....	1392
9.1.	Vícios objetivos da posse.....	1392
9.2.	Vício subjetivo da posse.....	1394
10.	Interversão (convalescimento) da posse.....	1396
11.	Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte.....	1397
11.1.	Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis.....	1397
11.1.1.	Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária.....	1397
11.1.2.	Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade.....	1400
11.1.2.1.	A aquisição da posse coletiva.....	1400
11.1.2.2.	Aquisição titulada da posse de bens públicos.....	1400
11.2.	Conclusão.....	1402
12.	Efeitos.....	1403
12.1.	Direito aos frutos.....	1403
12.2.	Responsabilidade civil do possuidor.....	1405
12.3.	Direito às benfeitorias.....	1405
12.3.1.	Noções gerais.....	1405
12.3.2.	As benfeitorias e a posse.....	1406
12.3.3.	As benfeitorias e o direito de retenção.....	1407
12.3.4.	As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais.....	1408
12.4.	Direito à usucapião.....	1409
12.5.	Ações possessórias.....	1409
12.5.1.	Fundamento da proteção possessória.....	1409
12.5.2.	A tutela jurisdicional da posse.....	1409
12.5.3.	As ações possessórias em espécie.....	1411
12.5.3.1.	Reintegração de posse.....	1412
12.5.3.2.	Manutenção de posse.....	1415
12.5.3.3.	Interdito proibitório.....	1416
12.5.3.4.	Autoexecutoriedade.....	1417
12.5.4.	Aspectos processuais das ações possessórias.....	1417
12.5.4.1.	Aspectos gerais.....	1417
12.5.4.2.	O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	1420

12.5.4.2.1. O processo nos conflitos possessórios coletivos de "Força Velha".....	1421
12.5.4.2.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos de "Força nova".....	1425
12.5.4.3. Natureza dúplice das possessórias	1425
12.5.4.4. Fungibilidade das possessórias	1426
12.5.4.5. Cumulação de pedidos	1427
12.5.4.6. Competência para processar e julgar a ação possessória	1428
12.6. A tutela da posse por outros mecanismos.....	1428
12.6.1. Imissão de posse.....	1428
12.6.2. Ação de nunciação de obra nova.....	1429
3. PROPRIEDADE	1431
1. Breve histórico da propriedade	1431
2. Propriedade e domínio.....	1432
3. Da propriedade às propriedades	1434
3.1. Propriedades versus propriedades	1434
3.2. A propriedade intelectual	1435
3.3. A multipropriedade	1436
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade	1437
5. O direito fundamental à propriedade como acesso ao mínimo existencial	1438
6. Estrutura do direito de propriedade	1439
6.1. Faculdade de usar	1439
6.2. Faculdade de gozar	1440
6.3. Faculdade de dispor.....	1440
6.4. Faculdade de reivindicar.....	1441
7. Principais atributos da propriedade	1441
7.1. Exclusividade.....	1442
7.2. Perpetuidade.....	1442
7.3. Elasticidade e consolidação.....	1443
8. Função social das propriedades.....	1444
8.1. Generalidades.....	1444
8.2. Noção de função social.....	1444
8.3. A propriedade como direito subjetivo com função social	1445
8.4. A propriedade como relação jurídica complexa.....	1446
8.5. Função social da propriedade urbana.....	1446
8.6. Função social da propriedade rural	1448
8.7. Função social das diversas propriedades.....	1450
8.8. Síntese	1451
9. A extensão das faculdades da propriedade	1452
10. Da descoberta.....	1453
11. Modos de aquisição da propriedade imobiliária.....	1454
11.1. Registro.....	1454
11.1.1. Princípios regentes.....	1454

11.1.2.	Da relação obrigacional para a eficácia real.....	1455
11.1.3.	Aproximação entre o título e o modo.....	1456
11.1.4.	Princípio da Concentração na Matrícula Imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	1457
11.1.5.	Função social registral.....	1458
11.1.6.	Atributos do registro.....	1458
11.1.7.	Distinções terminológicas.....	1466
11.2.	Usucapião.....	1467
11.2.1.	Breve histórico.....	1467
11.2.2.	Conceito e natureza jurídica.....	1468
11.2.3.	Requisitos da usucapião.....	1469
11.2.3.1.	Requisitos pessoais.....	1469
11.2.3.2.	Requisitos reais.....	1471
11.2.3.3.	Requisitos formais.....	1474
11.2.4.	Usucapião extraordinária.....	1474
11.2.5.	Usucapião ordinária.....	1476
11.2.5.1.	Justo título.....	1476
11.2.5.2.	Boa-fé.....	1477
11.2.6.	Usucapião tabular.....	1478
11.2.7.	Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	1478
11.2.8.	Usucapião especial (urbana).....	1479
11.2.9.	Usucapião urbana coletiva.....	1481
11.2.10.	Usucapião urbana administrativa.....	1483
11.2.11.	Usucapião Extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos – Lei 13.465/17).....	1486
11.2.12.	Usucapião rural.....	1488
11.2.13.	Usucapião indígena.....	1489
11.2.14.	Usucapião especial do artigo 68 do ADCT.....	1489
11.2.15.	Usucapião pró-família.....	1490
11.2.16.	Questões procedimentais e processuais da usucapião.....	1492
11.2.17.	Usucapião como defesa.....	1495
11.3.	Acessão.....	1496
11.3.1.	Acessão natural.....	1497
11.3.2.	Acessão artificial – construções e plantações.....	1498
11.3.2.1.	Aspectos gerais.....	1498
11.3.2.2.	A tensão entre a propriedade e a posse.....	1499
11.3.2.3.	A desapropriação no interesse privado.....	1501
11.4.	Legitimação fundiária.....	1502
12.	Modos de perda da propriedade.....	1505
12.1.	Alienação.....	1506
12.2.	Renúncia.....	1506
12.3.	Abandono.....	1507
12.4.	Perecimento.....	1508

12.5. Desapropriação.....	1509
13. Modos de aquisição da propriedade móvel.....	1510
13.1. Ocupação.....	1510
13.2. Achado do tesouro.....	1510
13.3. Especificação.....	1511
13.4. Confusão, comissão e adjunção.....	1512
13.5. Usucapião.....	1513
13.6. Tradição.....	1514
14. Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i>	1516
15. A propriedade aparente.....	1517
15.1. A fragmentação do direito de propriedade.....	1517
15.2. O significado da propriedade aparente.....	1518
15.3. Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade.....	1518
16. Propriedade fiduciária.....	1519
16.1. Noções introdutórias.....	1519
16.2. Conceito, elementos e natureza jurídica.....	1520
16.3. Constituição da propriedade fiduciária.....	1521
16.4. Características da propriedade fiduciária.....	1523
16.5. O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil.....	1525
16.6. A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DI 911/69.....	1527
16.7. O fim da prisão civil do depositário infiel.....	1530
16.8. A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17).....	1530
16.9. A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil.....	1533
16.10. Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	1534
17. Propriedade superficiária.....	1535
17.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1535
17.2. Conteúdo do direito de superfície.....	1536
17.3. Superfície e a laje.....	1539
17.4. O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	1541
17.5. Extinção do direito de superfície.....	1542
17.6. A superfície e outros modelos jurídicos.....	1543
18. A Laje.....	1545
18.1. Conceito e noções fundamentais.....	1545
18.2. As espécies de laje.....	1547
4. DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1549
1. Noções gerais.....	1549
2. Uso anormal da propriedade.....	1550
2.1. Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	1551
2.2. Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	1551

23.	Uso anormal, causando danos anormais, sem justificação social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito).....	1552
3.	Árvores limítrofes.....	1553
24.	Passagem forçada.....	1553
5.	Da passagem de cabos e tubulações.....	1554
6.	Das águas.....	1555
7.	Limites entre prédios e direito de tapagem.....	1556
8.	Direito de construir.....	1558
8.1.	O direito de construir e a função social da propriedade.....	1558
8.2.	O direito de construir no Código Civil.....	1559
5.	CONDOMÍNIO	1563
1.	Noções gerais.....	1563
2.	Condomínio ordinário.....	1564
2.1.	Classificação.....	1564
2.2.	Conteúdo da cotitularidade.....	1564
2.3.	Exercício da cotitularidade.....	1566
2.4.	Extinção do condomínio voluntário.....	1567
2.5.	Administração do condomínio.....	1570
2.6.	Condomínio necessário.....	1571
3.	Condomínio edilício.....	1571
3.1.	Noções gerais.....	1572
3.2.	Natureza jurídica.....	1574
3.3.	Elementos constitutivos.....	1575
3.3.1.	Convenção de condomínio.....	1576
3.3.2.	Regimento interno.....	1579
3.4.	Direitos dos condôminos.....	1579
3.5.	Deveres dos condôminos.....	1581
3.6.	As sanções punitivas condominiais.....	1583
3.7.	O inadimplemento condominial.....	1587
3.8.	Administração do condomínio.....	1588
3.8.1.	Síndico.....	1588
3.8.2.	Assembleia geral.....	1590
3.8.3.	Conselho fiscal.....	1591
3.9.	Extinção do condomínio edilício.....	1592
3.10.	O condomínio e o direito real de laje.....	1592
4.	Condomínio de casas.....	1594
5.	O condomínio de lotes.....	1595
5.1.	Os “loteamentos fechados”.....	1595
5.2.	Os condomínios de lotes.....	1596
5.3.	O loteamento de acesso controlado.....	1597
6.	O Condomínio em Multipropriedade.....	1598

6.1. Noções Gerais.....	1598
6.2. A regulamentação jurídica do Condomínio Multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	1599
6. DIREITOS REAIS EM COISA ALHEIA.....	1605
1. Introdução.....	1605
2. A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	1606
3. Direitos reais de fruição.....	1606
3.1. Enfitese.....	1606
3.1.1. Supressão do instituto no Código Civil de 2002	1606
3.1.2. Noções gerais.....	1607
3.1.3. Objeto	1607
3.1.4. Modos de aquisição.....	1608
3.1.5. Conteúdo.....	1608
3.1.6. Modos de extinção (art. 692 do CC/1916)	1610
3.1.7. Peculiaridades	1611
3.2. Servidão.....	1611
3.2.1. Breve histórico	1612
3.2.2. Conceito e natureza jurídica	1612
3.2.3. Distinções necessárias.....	1613
3.2.4. Classificação	1614
3.2.5. Modos de constituição.....	1615
3.2.6. Exercício	1617
3.2.7. Extinção.....	1618
3.2.8. Tutela processual das servidões.....	1620
3.3. Usufruto.....	1621
3.3.1. Conceito e características	1621
3.3.2. Distinções necessárias.....	1622
3.3.3. Objeto	1623
3.3.4. Modos de constituição.....	1624
3.3.5. Direitos do usufrutuário.....	1627
3.3.6. Obrigações do usufrutuário.....	1630
3.3.7. Extinção.....	1631
3.4. Direito real de uso.....	1635
3.4.1. O modelo do Código Civil	1635
3.4.2. A concessão de direito real de uso	1636
3.4.3. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1636
3.5. Direito real de habitação.....	1637
4. Direitos reais de garantia.....	1639
4.1. Teoria geral.....	1640
4.1.1. Características dos direitos reais de garantia	1640
4.1.2. Princípios básicos dos direitos de garantia	1644

4.1.3.	Distinção entre direitos de garantia e de gozo	1645
4.2.	Penhor	1645
4.2.1.	Noções introdutórias	1645
4.2.2.	Características do penhor	1646
4.2.3.	Direitos e obrigações do credor pignoratício	1646
4.2.4.	Extinção do penhor	1649
4.2.5.	Modalidades de penhor	1650
4.2.5.1.	Penhor rural	1650
4.2.5.2.	Penhor industrial e mercantil	1652
4.2.5.3.	Penhor de direitos e títulos de crédito	1652
4.2.5.4.	Penhor de veículos	1654
4.2.5.5.	Penhor legal	1655
4.3.	Hipoteca	1658
4.3.1.	Noções gerais	1658
4.3.2.	Modalidades de hipoteca	1660
4.3.2.1.	Hipoteca convencional	1660
4.3.2.2.	Hipoteca legal	1664
4.3.2.3.	Hipoteca judiciária	1665
4.3.2.4.	Hipotecas especiais	1666
4.3.2.5.	Hipoteca cedular	1667
4.3.3.	Remição da hipoteca	1667
4.3.4.	Extinção da hipoteca	1669
4.4.	Anticrese	1671
5.	Direito real à aquisição – promessa de compra e venda	1672
5.1.	Noções gerais	1672
5.2.	A promessa como contrato preliminar	1673
5.2.1.	Noções gerais	1673
5.2.2.	Eficácia obrigacional	1674
5.2.3.	A eficácia real do contrato preliminar	1677
5.2.4.	O contrato preliminar impróprio	1678
5.3.	A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais	1680
5.4.	Noções gerais acerca da extinção da promessa de compra e venda a luz da Lei n. 13.786/18	1681



Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1687
---	------

1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS

1691

1. As famílias	1691
----------------------	------

1.1.	A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos	1691
1.2.	A família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	1692
2.	O direito das famílias.....	1694
2.1.	Noções conceituais.....	1694
2.2.	Estrutura do direito das famílias.....	1694
2.3.	Objeto de estudo do direito das famílias.....	1694
2.4.	A natureza jurídica das normas do Direito das Famílias	1695
2.5.	A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo).....	1696
2.6.	A privacidade familiar	1697
3.	Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea.....	1697
4.	Fontes do direito das famílias	1698
5.	As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	1698
5.1.	As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	1698
5.2.	A não taxatividade do rol constitucional.....	1699
5.3.	Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	1700
5.3.1.	Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	1700
5.3.2.	Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	1705
5.3.3.	Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	1706
5.3.4.	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental)	1707
5.3.5.	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	1708
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	1709
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares)	1710
7.1.	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	1710
7.2.	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares	1711
8.	A função social da família	1712
9.	Responsabilidade civil no direito das famílias.....	1713
10.	A perda de uma chance nas relações de família.....	1716
2.	O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA)	1717
1.	Uma visão constitucional do casamento	1717
2.	Estrutura jurídica do casamento	1718
2.1.	Noções conceituais.....	1718
2.2.	Finalidades do casamento.....	1719
2.3.	Natureza jurídica do casamento.....	1719
2.4.	Características do casamento.....	1720

245	2.5. Prova do casamento.....	1721
245	2.6. Os esposais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	1722
245	2.7. Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	1723
245	2.8. Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	1724
245	2.9. Impedimentos matrimoniais.....	1724
245	2.9.1. Noções conceituais.....	1724
245	2.9.2. Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	1725
245	2.9.3. Classificação dos impedimentos.....	1725
245	2.9.4. Impedimentos resultantes do parentesco.....	1726
245	2.9.5. Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	1727
245	2.9.6. Impedimento resultante da prática de crime.....	1727
245	2.10. Causas suspensivas matrimoniais.....	1728
245	2.10.1. Noções conceituais.....	1728
245	2.10.2. Oposição das causas suspensivas.....	1728
245	2.10.3. Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	1729
245	2.10.4. Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	1729
245	2.10.5. Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	1730
245	2.10.6. Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	1730
245	2.11. A habilitação para o casamento.....	1731
245	2.11.1. Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	1731
245	2.11.2. A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento.....	1731
245	2.11.3. O procedimento de habilitação e as suas fases.....	1733
245	2.12. Casamento de militares.....	1734
245	2.13. Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	1735
245	2.14. Contrato de emprego entre cônjuges.....	1735
245	3. Existência, validade e eficácia do casamento.....	1735
245	3.1. Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	1735
245	3.2. A existência do casamento.....	1736
245	3.3. A validade do casamento.....	1737
245	3.3.1. Generalidades.....	1737
245	3.3.2. O casamento nulo (invalidade absoluta).....	1737
245	3.3.3. O casamento anulável (invalidade relativa).....	1739
245	3.3.4. Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	1741
245	3.3.5. Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	1742
245	3.3.6. O casamento putativo.....	1743
245	4. Celebração do casamento.....	1744
245	4.1. Noções gerais.....	1744
245	4.2. Formalidades da celebração.....	1744

4.3.	O momento da celebração	1745
4.4.	O casamento consular	1746
4.5.	O casamento religioso com efeitos civis posteriores	1746
4.6.	Conversão da união estável em casamento	1747
4.7.	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo	1748
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento	1750
5.1.	Generalidades	1750
5.2.	Efeitos sociais	1750
5.3.	Efeitos pessoais	1751
5.3.1.	Noções gerais	1751
5.3.2.	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge	1752
5.3.3.	Fixação do domicílio conjugal	1753
5.3.4.	Os direitos e deveres recíprocos	1753
5.4.	Efeitos patrimoniais	1755
5.5.	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar)	1755
5.6.	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários	1756
3.	O REGIME DE BENS DO CASAMENTO	1759
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional	1759
1.1.	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento	1759
1.2.	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	1760
2.	Lineamentos sobre o regime de bens	1760
2.1.	Noções conceituais sobre o regime de bens	1760
2.2.	Princípios norteadores do regime de bens	1761
2.2.1.	Generalidades	1761
2.2.2.	A liberdade de escolha do regime de bens	1761
2.2.3.	Variedade do regime de bens	1766
2.2.4.	Mutabilidade motivada do regime de bens	1767
2.3.	Eficácia do regime de bens no casamento	1770
2.4.	Regime de bens na união estável	1770
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição	1771
3.1.	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas	1771
3.2.	Atos que independem do consentimento do consorte	1771
3.3.	A proteção dos terceiros de boa-fé	1773
3.4.	Atos que dependem do consentimento do cônjuge	1773
3.4.1.	A exigência de consentimento para determinados atos	1773
3.4.2.	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável	1774

3.4.3.	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens.....	1775
3.4.4.	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	1776
3.4.5.	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge	1776
3.4.6.	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes	1777
4.	O pacto antenupcial	1778
4.1.	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	1778
4.2.	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	1779
4.3.	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	1779
4.4.	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	1780
5.	Os diferentes regimes de bens	1780
5.1.	Generalidades.....	1780
5.2.	O regime de comunhão parcial de bens.....	1780
5.3.	O regime de comunhão universal de bens.....	1782
5.4.	O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	1784
5.5.	O regime de participação final nos aquestos	1785
4.	A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO)	1787
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado.....	1787
2.	A dissolução do casamento	1788
2.1.	Escoço histórico evolutivo da dissolução do casamento	1788
2.2.	O sistema de dissolução do casamento: unificado ou dualista?.....	1789
2.3.	Um réquiem para a separação: se ainda não morreu, está moribunda	1790
2.4.	Hipóteses de cabimento da separação (se admitida a sua incidência, na forma do Código de Processo Civil de 2015).....	1792
2.5.	Questões intertemporais para a hipótese de eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro.....	1793
2.6.	A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento	1793
2.7.	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva)	1794
2.8.	A dissolução do casamento pela morte.....	1795
2.9.	A morte presumida como causa dissolutória do casamento	1796
3.	O divórcio.....	1797
3.1.	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	1797
3.2.	Noções conceituais.....	1798
3.3.	Requisito constitucional único para o divórcio	1799
3.4.	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).	1799
3.5.	Superação do regime diferenciado do divórcio.....	1800
3.6.	O divórcio litigioso e o divórcio consensual.....	1800

3.7.	O divórcio consensual.....	1800
3.7.1.	Generalidades	1800
3.7.2.	O divórcio consensual em juízo	1801
3.7.3.	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	1802
3.8.	O divórcio litigioso	1804
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio	1804
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	1807
5.1.	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	1807
5.2.	Outras controvérsias patrimoniais relevantes.....	1808
5.	A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL)	1811
1.	Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	1811
2.	Esforço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira.....	1812
3.	A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias.....	1814
3.1.	A união livre e a sociedade de fato.....	1814
3.2.	O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	1815
3.3.	A união estável	1816
3.4.	O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa	1817
4.	Elementos caracterizadores da união estável	1817
4.1.	Noções gerais	1817
4.2.	O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	1818
4.3.	A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas).....	1819
4.4.	A estabilidade	1820
4.5.	A continuidade	1821
4.6.	A publicidade.....	1821
4.7.	A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	1821
4.8.	A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	1822
5.	Efeitos pessoais da união estável	1824
5.1.	As relações pessoais entre os companheiros	1824
5.2.	Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação..	1825
5.3.	Direito ao uso do sobrenome do companheiro	1826
5.4.	Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	1826
5.5.	Adoção por companheiros	1827
5.6.	Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	1827

008	5.7. Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	1828
108	5.8. A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	1828
	5.9. Impedimento para testemunhar	1829
108	6. Efeitos patrimoniais	1830
108	6.1. As consequências econômicas da união estável	1830
108	6.2. O regime de bens e o direito à meação.....	1830
108	6.3. O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	1833
108	6.3.1. Contornos gerais do contrato de convivência	1833
108	6.3.2. Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	1834
108	6.3.3. Eficácia do pacto convencial	1834
108	6.3.4. Conteúdo.....	1835
108	6.3.5. O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	1835
108	6.3.6. O contrato de convivência e os companheiros sócios	1836
108	6.4. Alimentos na união estável	1836
108	6.5. Direito aos benefícios previdenciários.....	1837
108	6.6. Efeitos tributários.....	1838
108	6.7. Impenhorabilidade do bem de família	1838
108	7. Conversão da união estável em casamento.....	1839
108	8. Aspectos processuais da união estável.....	1840
108	9. Ações típicas da união estável.....	1841
108	6. O PARENTESCO.....	1843
108	1. Noções conceituais sobre o parentesco.....	1843
108	1.1. O vínculo parental: linhas e graus.....	1844
108	1.2. Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco	1846
108	2. As espécies de parentesco.....	1847
108	2.1. Espécies de parentesco	1847
108	2.2. O parentesco por afinidade	1847
108	2.3. O parentesco e a obrigação alimentar.....	1849
108	7. A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS	1851
108	1. A filiação à luz do direito civil-constitucional	1851
108	2. Noções elementares sobre a filiação.....	1852
108	2.1. Noções conceituais sobre a filiação.....	1852
108	2.2. A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	1852
108	2.3. A filiação decorrente de gestação em útero alheio ("barriga de aluguel")....	1854
108	2.4. A questão da responsabilidade civil na filiação	1855
108	2.5. O parto anônimo ("roda dos enjeitados") e a questão filiatória	1857
108	2.6. A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente	1858
108	3. Critérios determinantes da filiação	1859
108	3.1. Generalidades.....	1859
108	3.2. Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>)	1860

3.2.1.	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	1860
3.2.2.	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	1861
3.2.3.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	1862
3.2.4.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida.....	1862
3.2.5.	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	1865
3.3.	Crítério biológico (exame DNA).....	1867
3.4.	Crítério afetivo (a filiação socioafetiva).....	1867
3.5.	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	1869
4.	O reconhecimento de filhos.....	1871
4.1.	O reconhecimento voluntário de filhos.....	1872
4.2.	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	1874
4.3.	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	1875
4.3.1.	Generalidades	1875
4.3.2.	Legitimidade ativa	1878
4.3.3.	Legitimidade passiva.....	1880
4.3.4.	Litisconsórcio	1880
4.3.5.	Competência	1881
4.3.6.	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	1881
4.3.7.	A prova nas ações investigatórias de parentalidade.....	1882
4.3.8.	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	1883
4.3.9.	A coisa julgada nas ações filiatórias.....	1884
8.	A GUARDA DE FILHOS	1885
1.	A guarda em visão conforme a Constituição.....	1885
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	1886
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	1886
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	1889
5.	A guarda compartilhada	1890
5.1.	Noções gerais sobre a guarda compartilhada	1890
5.2.	Crítérios para o seu compartilhamento da guarda.....	1890
5.3.	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	1891
6.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral.....	1892
9.	OS ALIMENTOS.....	1893
1.	Os alimentos na visão civil-constitucional.....	1893
2.	Noções gerais sobre os alimentos.....	1894

2.1.	Noções conceituais e natureza jurídica	1894
2.2.	Características	1895
2.2.1.	Caráter personalíssimo	1895
2.2.2.	Irrenunciabilidade	1895
2.2.3.	Atualidade	1896
2.2.4.	Futuridade	1897
2.2.5.	Imprescritibilidade	1897
2.2.6.	(In)Transmissibilidade	1897
2.2.7.	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698)	1899
2.2.8.	Irrepetibilidade	1900
2.2.9.	Incompensabilidade	1901
2.2.10.	Impenhorabilidade	1902
2.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos	1902
2.3.1.	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar	1902
2.3.2.	Alimentos entre cônjuges	1902
2.3.3.	Alimentos entre companheiros (os alimentos na união estável)	1904
2.3.4.	Alimentos decorrentes do parentesco	1904
2.3.5.	Alimentos prestados em favor do nascituro (os alimentos gravídicos)	1905
2.4.	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe x capacidade contributiva de quem paga x proporcionalidade)	1905
2.5.	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	1906
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos)	1907
3.1.	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	1907
3.2.	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	1907
3.3.	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	1908
3.4.	Alimentos transitórios	1908
4.	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais ...	1909
5.	A prisão civil do devedor de alimentos	1910
6.	A execução dos alimentos pretéritos	1911
7.	A prestação de contas em alimentos	1912
10.	A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA)	1913
1.	Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	1913
2.	A tutela	1914
2.1.	A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional n. 65/10)	1914
2.2.	Noções conceituais sobre a tutela	1915
2.3.	Modalidades de tutela	1916
2.4.	Manifestação de vontade do tutelado	1917

2.5. Incapacidade para a tutela.....	1917
2.6. Escusa dos tutores.....	1918
2.7. Garantia da tutela.....	1919
2.8. O protutor.....	1919
2.9. Exercício da tutela.....	1920
2.9.1. Generalidades.....	1920
2.9.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	1920
2.9.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	1921
2.10. Responsabilidade judicial na tutela.....	1922
2.11. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	1922
2.12. Prestação de contas.....	1923
2.13. Extinção da tutela.....	1923
3. A curatela.....	1924
3.1. Noções conceituais sobre a curatela.....	1924
3.2. O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	1925
3.3. Espécies de curatela: as hipóteses de incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	1927
3.4. A curatela especial do nascituro.....	1930
3.5. As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	1930
3.6. A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal do Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	1932
3.7. Críticas (justas) à nova teoria das incapacidades.....	1933
3.8. O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1933
3.8.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do curatelando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1933
3.8.2. A ação de curatela.....	1934
3.8.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1941
11. A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO.....	1943
1. Uma visão constitucional da adoção.....	1944
2. Generalidades sobre a adoção.....	1944
2.1. Noções conceituais.....	1944
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos.....	1945
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa.....	1946
2.4. O estágio de convivência.....	1947
2.5. Legitimidade para a adoção.....	1948
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1949
2.7. A adoção pelo par homoafetivo.....	1950
2.8. A adoção “à brasileira”.....	1951
2.9. (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1952

2.10.	A adoção póstuma	1953
2.11.	O parto anônimo e a sua correlação com a adoção.....	1954
2.12.	Efeitos jurídicos da adoção.....	1954
2.13.	A possibilidade de mudança de nome na adoção	1955
2.14.	O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.	1955
3.	Aspectos processuais da adoção	1956
3.1.	Generalidades: o processo judicial de adoção.....	1956
3.2.	Competência.....	1957
3.3.	A atuação do Ministério Público	1958
3.4.	O cadastro e o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção	1958
3.5.	A sentença no procedimento de adoção.....	1959
INTRODUÇÃO		
	Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	1963
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	1967
1.	A sucessão enquanto fenômeno jurídico	1967
2.	Objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial	1968
2.1.	A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas.....	1968
2.2.	Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais.....	1969
2.3.	A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório	1971
2.4.	A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	1972
2.5.	Contas bancárias conjuntas	1973
2.6.	Seguro de vida.....	1973
3.	O direito das sucessões	1974
3.1.	A sucessão na perspectiva constitucional.....	1974
3.2.	A função social da sucessão.....	1974
3.3.	Conteúdo do Direito das Sucessões.....	1975
4.	Terminologias essenciais.....	1975
4.1.	Autor da herança ou <i>de cujus</i>	1975
4.2.	Sucessor: herdeiro ou legatário.....	1975
4.3.	Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário	1976
4.4.	A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários).....	1977
4.5.	A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	1978
4.6.	Herdeiro universal	1979
4.7.	Herança e espólio.....	1979
4.8.	Herança e meação	1980
4.9.	Herança e a aceitação com benefício de inventário	1981

4.10. Inventário e partilha.....	1981
5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões.....	1982
6. O planejamento sucessório.....	1982

2. ELEMENTOS GENÉRICOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES (A SUCESSÃO EM GERAL)	1985
1. Linhas gerais sobre a morte.....	1986
1.1. Sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte.....	1986
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro.....	1986
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência).....	1987
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>).....	1988
1.5. A comoriência.....	1989
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial.....	1990
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	1993
2.1. A abertura da sucessão.....	1993
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>).....	1994
2.2.1. Generalidades.....	1994
2.2.2. Fixação da norma material sucessória.....	1994
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória.....	1995
2.2.4. Cálculo da legítima.....	1996
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário.....	1996
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	1999
3.1. Sobre a legitimação sucessória.....	1999
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	1999
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	1999
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	2001
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária.....	2004
4. A indignidade e a deserdação.....	2006
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação..	2006
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação.....	2006
4.3. Necessidade de reconhecimento judicial.....	2007
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	2007
4.5. O indigno ou deserddado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé.....	2008
4.6. A indignidade.....	2009
4.6.1. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	2009
4.6.2. Hipóteses de cabimento.....	2010
4.6.3. Reabilitação do indigno (perdão do ofendido).....	2012
4.7. A deserdação.....	2013

4.7.1.	Pressupostos da deserdação	2013
4.7.2.	Causas deserdativas dos herdeiros necessários.....	2015
4.7.3.	A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i>	2017
4.7.4.	O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado)	2017
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança).....	2018
5.1.	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários	2018
5.2.	Direito de preferência ou prelação	2018
5.3.	Requisitos para a cessão de direitos hereditários	2019
5.4.	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário	2021
5.5.	Efeitos da cessão de direitos hereditários	2021
6.	A aceitação da herança	2022
6.1.	Noções conceituais	2022
6.2.	Aceitação da herança com benefício de inventário.....	2023
6.3.	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretratabilidade)	2023
6.4.	Integralidade da aceitação.....	2024
6.5.	Formas de aceitação da herança	2024
6.6.	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança.....	2025
7.	A renúncia da herança.....	2026
7.1.	Generalidades e noções conceituais	2026
7.2.	Requisitos da renúncia da herança.....	2027
7.3.	Efeitos da renúncia da herança.....	2028
7.4.	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	2029
7.5.	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar)	2029
7.6.	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa) ...	2030
8.	A petição de herança	2031
8.1.	Noções gerais sobre a petição de herança.....	2031
8.2.	Natureza jurídica da ação de petição de herança	2032
8.3.	Legitimados para a ação de petição de herança	2033
8.4.	O objeto da petição de herança	2034
8.5.	A prescritibilidade da pretensão de petição de herança	2034
8.6.	Efeitos da petição de herança	2035
8.7.	A petição de herança e o herdeiro aparente	2036
3.	A SUCESSÃO LEGÍTIMA (A SUCESSÃO OPERADA POR FORÇA DE LEI)...	2037
1.	Noções gerais sobre a sucessão legítima	2037
2.	A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	2038
3.	A herança jacente e a herança vacante	2039
3.1.	Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído.....	2039
3.2.	A herança jacente.....	2040
3.3.	A herança vacante	2041

3.4. Abertura simplificada da vacância.....	2042
3.5. Direito de cobrança de créditos	2042
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	2042
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação	2042
4.2. Campo de aplicação	2043
4.3. Linhas de incidência da sucessão por representação.....	2044
4.4. Pressupostos para a sucessão por representação.....	2044
4.5. Efeitos da sucessão por representação.....	2045
5. A sucessão dos descendentes.....	2045
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes.....	2045
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes	2046
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	2046
6. A sucessão dos ascendentes.....	2048
7. A sucessão do cônjuge.....	2049
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge	2049
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	2050
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato	2050
7.4. A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança	2051
7.4.1. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança)	2051
7.4.2. A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido	2053
7.4.3. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes	2054
7.4.4. Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes	2055
7.5. A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança	2056
7.6. O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência).....	2057
7.7. O direito real de habitação do cônjuge	2057
8. A sucessão dos companheiros	2059
9. A sucessão dos colaterais	2061
4. A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA (A SUCESSÃO DE ACORDO COM A VONTADE DO TITULAR DO PATRIMÔNIO)	2065
1. Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	2066
1.1. Noções conceituais sobre o testamento.....	2066
1.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade.....	2067
1.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo,	

disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	2067
1.4. A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas)	2069
1.5. Características fundamentais do testamento	2070
1.6. A proibição do pacto sucessório	2072
2. Capacidade testamentária	2073
2.1. Lineamentos gerais	2073
2.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar)	2073
2.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa	2075
2.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder)	2076
2.5. Prazo para a impugnação do testamento	2076
3. As diferentes formas testamentárias	2077
3.1. Referências gerais	2077
3.2. As testemunhas testamentárias	2078
3.3. Testamento público	2079
3.4. Testamento cerrado, secreto ou místico	2081
3.5. Testamento particular ou hológrafo (inteiramente escrito pelo testador)	2083
3.6. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico	2084
3.7. Testamentos especiais: militar	2086
3.8. A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos	2087
4. O codicilo	2088
4.1. Noções conceituais	2088
4.2. Objeto do codicilo	2089
4.3. Revogação do codicilo	2090
5. As cláusulas testamentárias	2091
5.1. Introdução: as disposições testamentárias	2091
5.2. A nulidade das cláusulas derogatórias	2092
5.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo)	2092
5.4. Interpretação das disposições testamentárias	2094
5.5. Invalidade das disposições testamentárias	2095
5.6. Nomeação por certo motivo	2097
5.7. Cláusulas testamentárias restritivas	2098
5.7.1. Generalidades	2098
5.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima	2099
5.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas	2100
5.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva	2101
6. A redução das cláusulas testamentárias	2101
7. O direito de acrescer	2103
7.1. O direito de acrescer no campo sucessório	2103

7.2. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	2104
7.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários.....	2105
7.4. Direito de acrescer no legado de usufruto.....	2105
8. O testamenteiro	2106
8.1. Noções gerais	2106
8.2. Funções do testamenteiro	2107
8.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro.....	2108
8.4. Remuneração do testamenteiro	2108
9. A substituição testamentária	2109
9.1. Sobre a possibilidade de substituição testamentária.....	2109
9.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	2110
9.3. A substituição vulgar ou ordinária.....	2110
9.4. A substituição recíproca.....	2111
9.5. A substituição fideicomissária.....	2111
10. Invalidade, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	2113
10.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento.....	2113
10.2. Extinção do testamento por invalidade	2114
10.3. Caducidade do testamento.....	2115
10.4. Revogação do testamento.....	2116
10.5. Rompimento do testamento.....	2117
5. INVENTÁRIOS E PARTILHAS	2119
1. Noções gerais sobre o inventário.....	2119
2. O procedimento de inventário	2120
2.1. O procedimento contencioso de inventário.....	2120
2.2. O inventário negativo.....	2121
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário	2121
2.4. O procedimento tradicional de inventário.....	2122
2.5. O arrolamento sumário.....	2122
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo)	2123
2.7. O inventário extrajudicial	2124
2.8. O alvará judicial	2126
2.9. A partilha por ato entre vivos.....	2128
3. Competência.....	2128
4. Prazo de abertura.....	2130
5. Legitimidade para a abertura do inventário	2131
6. Valor da causa e custas processuais.....	2132
7. Questões de alta indagação.....	2133
8. O inventariante	2133
8.1. Noções gerais	2133
8.2. A nomeação do inventariante	2135
8.3. A inventariança e a representação do espólio	2136

8.4. As atribuições	2137
8.5. A remoção e a destituição do inventariante	2138
9. O procedimento (comum) de inventário	2139
9.1. Generalidades	2139
9.2. Petição inicial	2139
9.3. As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações)	2139
9.4. Intervenção do Ministério Público	2140
9.5. Impugnações	2140
9.6. Avaliações	2141
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário	2142
9.8. Pagamento das dívidas do falecido	2143
9.9. Sonogados	2144
9.10. Colação e redução das doações inoficiosas	2145
9.10.1. Generalidades	2145
9.10.2. Alcance subjetivo da colação	2145
9.10.3. Cálculo do bem a ser colacionado	2146
9.10.4. Dispensa da colação	2147
9.11. A partilha	2148
9.11.1. Noções conceituais	2148
9.11.2. Espécies de partilha	2148
9.11.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha	2150
9.11.4. A emenda da partilha e a sobrepartilha	2151

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA	2155
---------------------------	-------------